

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
SERVIÇO SOCIAL**

ELENICE DA GLORIA MOREIRA CRUZ

**O ATENDIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA PARA OS ATINGIDOS DO
SUBDISTRITO DE BENTO RODRIGUES APÓS O ROMPIMENTO DA
BARRAGEM DE FUNDÃO: transformações na comunidade por sua voz**

Mariana
2018

Elenice da Glória Moreira Cruz

**O ATENDIMENTO DE SAÚDE PÚBLICA PARA OS ATINGIDOS DO
SUBDISTRITO DE BENTO RODRIGUES APÓS O ROMPIMENTO DA
BARRAGEM DE FUNDÃO: transformações na comunidade por sua voz**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Prof^ª. Orientadora: Regina Célia da Cruz.

Mariana
2018

C957a

Cruz, Elenice da Glória Moreira.

O atendimento de Saúde Pública para os atingidos do subdistrito de Bento Rodrigues após o rompimento da Barragem de Fundão [manuscrito]: transformações na comunidade por sua voz / Elenice da Glória Moreira Cruz. • 2018.

76f.:

Orientadora: Prof.^a MSc.^a Regina Célia da Cruz.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

I. Barragem • Teses. 2. Bento Rodrigues • Teses. 3. Assistência em desastres • Teses. 4. Saúde pública • Teses. 5. Desastres ambientais • Teses. I. Cruz, Regina Célia da . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

CDU: 504

"O ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA PARA OS ATINGIDOS DO SUBDISTRITO
DE BENTO RODRIGUES APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO:
TRANSFORMAÇÕES NA COMUNIDADE POR SUA VOZ"

ELENICE DA GLÓRIA MOREIRA CRUZ

Orientadora: REGINA CÉLIA DA CRUZ

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 06/07/2018



Profª Ms. Verônica Medeiros Alagoano



Esp. Sr. André Mendonça Henriques Diniz



Profª Ms. Regina Célia da Cruz

Aos meus pais, Sr. José (inmemoriam) e a Sra. Maria,
aos meus irmãos: Edson, Eleoiza, Elaine;
ao meu esposo, Geraldo e
ao meu filho, Pedro Henrique
que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu infinito amor e por ter me proporcionado chegar até aqui. *A ti seja a glória para todo sempre!*

Aos meus familiares pelo afeto, dedicação, pela compreensão nas minhas ausências; por acreditarem em mim e nos momentos alegres e difíceis estarem ao meu lado contribuindo para que eu tivesse um caminho mais fácil e prazeroso durante estes anos.

Às lutadoras e amigas Matilde, Regina e Thássia que no momento certo me encorajou a continuar firme em meio às dificuldades enfrentadas neste percurso acadêmico. Uma vez Cepalinas sempre “Cepalinas”!

Aos amigos da Igreja Batista da Paz.

À querida amiga e Supervisora de Campo de Estágio, Adelize Inês Martins, pela sua amizade, companheirismo e profissionalismo.

Aos professores da UFOP, pela sabedoria; e em especial à Prof^a. Regina Célia da Cruz, Orientadora desta pesquisa que me mostrou que seria capaz.

À Banca Examinadora que aceitaram o meu convite; Prof^a Verônica Medeiros Alagoano e Esp. Sr. André Mendonça Henriquez Diniz.

Aos profissionais e amigos do ESF Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Aos entrevistados: profissionais e moradores do subdistrito de Bento Rodrigues, que sem elas não poderia concretizar esta pesquisa.

Enfim, a todos que torceram pela minha vitória! OBRIGADA!

RESUMO

Nesta pesquisa busca-se identificar a realidade vivenciada por pessoas atingidas em Bento Rodrigues, na cidade de Mariana. Após o rompimento da barragem de Fundão, o subdistrito foi destruído provocando a desterritorialização da comunidade e graves impactos ao meio ambiente. A partir do vínculo estabelecido com esta comunidade desde o ano de 2012, trabalhando como Técnica de Enfermagem, aguçou-me o desejo de dar voz ao quanto este território é importante para eles. Assim a metodologia utilizada é referenciada pelo usuário-guia, que dá voz às vítimas, e aos profissionais da saúde, que a partir da visão e do entendimento destes atores sociais, em sua trajetória, nestes quase três anos, alocados em casas alugadas, na cidade de Mariana pudemos conhecer narrativas que ainda não foram documentadas com uma nova dimensão para além do que está divulgado, das perdas materiais, simbólicas e da luta por seus direitos. Busca-se ainda fomentar o debate sobre os impactos deste crime na saúde destas pessoas e as ações desempenhadas pela Estratégia Saúde da Família desde o dia do rompimento da barragem.

Palavras-chave: Rompimento da Barragem. Bento Rodrigues. Atingidos. Saúde Pública

ABSTRACT

This research seeks to identify the reality experienced by people affected in Bento Rodrigues, in the city of Mariana. After the rupture of the Fundão dam, the sub-district was destroyed, causing community de-territorialization and serious impacts to the environment. From the link established with this community since the year 2012, working as a Nursing Technique, it has sharpened my desire to give voice to how much this territory is important for them. Thus, the methodology used is referenced by the guide user, who gives voice to the victims, and health professionals, who, based on the vision and understanding of these social actors, in their trajectory, in these almost three years, allocated in rented houses, in the city of Mariana we were able to know narratives that have not yet been documented with a new dimension beyond what is disclosed, the material, symbolic losses and the struggle for their rights. It also seeks to promote the debate about the impacts of this event on the health of these people and the actions carried out by the Family Health Strategy since the day of the dam rupture.

Keywords: Dam Disruption. Bento Rodrigues. Affected. Public health

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

AHOBERO - Associação de Hortifrutigranjeiros

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensões

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CEFEM - Compensação Financeira pela Exploração os Recursos Minerais

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

ESF - Estratégia Saúde da Família

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão

IEM - Indústria Extrativa Mineral

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MPC - Modo de Produção Capitalista

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

P4P - Projeto Quarta Pelotização

PRISMMA - Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas

PT - Partido dos Trabalhadores

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SINE - Sistema Nacional de Empregos

SUS - Sistema Único de Saúde

TAG - Transtorno e Ansiedade Generalizada

TEPT - Transtorno de Estresse pós-Traumático

TUS - Transtorno por uso de Substância

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- I BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A MINERAÇÃO	13
1.1 Modo de Produção capitalista e a Mineração.....	13
1.2 A cidade de Mariana e a Mineração.....	18
CAPÍTULO II - O SUBDISTRITO DE BENTO RODRIGUES ANTES E APÓS DESASTRE	22
2.1 O subdistrito de Bento Rodrigues antes do rompimento: memórias que não podem ser soterradas pela lama	22
2.2 Após rompimento: as consequências humanas, ambientais e nas relações sociais.....	28
2.3 Em busca dos direitos que foram violados após o rompimento de barragem – caminhos percorridos.....	34
CAPÍTULO III - A ASSISTENCIA DA SAUDE PUBLICA AOS ATINGIDOS E OS DESDOBRAMENTOS DESDE O DIA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO	40
3.1 Considerações sobre a Saúde Pública no Brasil.....	40
3.2 Unidade Básica de Saúde “Dercira da Conceição Silva” antes do Rompimento da Barragem de Fundão.....	45
3.3 Ações em Saúde da Estratégia da Saúde da Família Santa Rita Durão no dia do rompimento da Barragem de Fundão – 05/11/2015.....	46
3.4 A continuidade no atendimento pela Estratégia da Saúde da Família.....	48
CAPÍTULO IV - PESQUISA DE CAMPO: A VOZ DOS ATINGIDOS (TRABALHADORESE MORADORES)	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A	70
ANEXO A	72
ANEXO B	76

INTRODUÇÃO

O presente estudo buscar identificar a realidade dos moradores do subdistrito Bento Rodrigues da cidade de Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos de minério, conhecida como Fundão, pertencente às empresas mineradoras, que ocasionou a destruição deste território. A cidade de Mariana com mais de 300 anos de existência, localizada há 112 km de Belo Horizonte/MG, é uma cidade que exerce atividade de mineração desde o Séc. XVIII

Tem como objetivo fomentar o debate sobre a temática dos impactos na saúde das pessoas provenientes do rompimento da barragem que ocorreu no dia 05 de novembro de 2015 e a relação da população com a mineração tendo como relevância as experiências das pessoas atingidas, no atual contexto do capitalismo mundializado. Algumas indagações são colocadas, dois anos se passaram e como vivem as pessoas do subdistrito de Bento Rodrigues? Primeiro distrito, a ser atingido com 62 milhões de m³ de rejeitos de mineração. Qual a dimensão e consequências para essas vidas? Quais as transformações e ações no atendimento da Saúde Pública?

A presente pesquisa é fruto do interesse pessoal e social que se deu pela experiência como Técnica de Enfermagem na comunidade, onde trabalhei desde o ano de 2012, na Estratégia Saúde da Família - ESF, no distrito de Santa Rita Durão, visto que um dos territórios de abrangência era o subdistrito de Bento Rodrigues. Trabalho este que possibilitou um vínculo importante com os moradores, por meio de acompanhamento sistemático das famílias na assistência em saúde na ESF, como a principal porta de entrada para a comunidade na busca de suas necessidades.

A metodologia a ser utilizada é referenciada pelo usuário-guia, que tem por objetivo, a busca pelo conhecimento a partir da visão e do entendimento destas pessoas em sua trajetória, nestes quase três anos. A partir do usuário-guia poder-se-á aprofundar uma análise das narrativas que ainda não foram documentadas com uma nova dimensão para além do que está divulgado, é desvendar alguns aspectos da realidade vivenciada por estes sujeitos sociais que estão “por aí” na cidade de Mariana, invisíveis, não reconhecidos e pouco ouvidos.

A metodologia do usuário guia, conforme (MOEBUS; MERHY; SILVA, 2016.p. 6), “é também uma maneira de apontar ou reconhecer a multiplicidade, a multidão que habita cada usuário de saúde, que além de usuário, é também muitas outras possibilidades existenciais”. E ainda, conforme o mesmo autor: “colocando novamente de forma viva em

ato, os acontecimentos que constituíram e ainda estão construindo aquela história de vida” (idem, p.6).

Esta metodologia do usuário-guia, segundo Moebus, Merhy e Silva (2016) foi produzida a partir das experiências de existência da “Linha de Pesquisa Micropolítica do Trabalho e o cuidado em Saúde”, entre os anos de 2005 a 2015 no curso de pós-graduação em Clínica Médica, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Objetivava a avaliação qualitativa da prática cotidiana do “trabalho vivo em ato” por meio dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

A organização deste estudo se deu em quatro momentos. O capítulo 1 procurou apresentar alguns aspectos da sociedade brasileira capitalista, perpassando pelas particularidades da mineração na cidade de Mariana –MG.

Quanto ao capítulo 2 buscou discorrer e analisar o subdistrito de Bento Rodrigues antes e após rompimento da barragem, destruições, marcas, lembranças e direitos que foram violados quando as pessoas atingidas tiveram a interrupção de sua história, do serviço público de saúde, das escolas, do trabalho, enfim do cotidiano logo nos primeiros meses.

No capítulo 3 abordamos o direito à saúde, considerando os caminhos percorridos pela saúde antes da conquista do Sistema Único de Saúde SUS, e seus avanços como Política Nacional da Atenção Básica - PNAB. Sendo como principal acesso a Estratégia Saúde da Família para as pessoas atingidas.

No capítulo 4 serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada através de entrevistas com 01 profissional da Estratégia Saúde da Família, com vínculo empregatício, na Prefeitura de Mariana, e também 03 moradores de Bento Rodrigues.

Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas dois tipos de pesquisa, sendo a primeira bibliográfica onde será explanado reflexões diversas que darão embasamento teórico a partir de diversos autores, teses de doutorado, textos didáticos e artigos científicos. A segunda foi através de entrevista.

Narrativas que foram documentadas e de grande relevância como forma de dar voz à condição de pessoa atingida, fazendo com que o (a) cidadão (ã) sejam guias do conhecimento na produção deste trabalho e também uma forma de enfrentamento direto à condição que lhe foi imposta.

CAPÍTULO I – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A MINERAÇÃO

1.1 Modo de Produção capitalista e a Mineração

O capítulo que se inicia tem como um dos objetivos uma breve contextualização sobre particularidades históricas da sociedade brasileira no Modo de Produção Capitalista (MPC), percorrendo caminhos até chegar nas particularidades da cidade de Mariana-MG, no contexto da mineração, após o rompimento da barragem de Fundão da empresa mineradora.

De acordo com Florestan (1975) o Brasil é país subdesenvolvido, que se insere na economia mundial de forma periférica, dependente e subalterno, como grande exportador de matéria prima e transportador de recursos para os mercados externos. Corroborando a este pensamento Santos (2015) retrata que “esta condição periférica é determinada, sobretudo, pelo aprofundamento do imperialismo e do processo de concentração e centralização de capitais” (SANTOS, 2015, p.137) fatores estes que acabaram por levar o Brasil a se tornar extremamente dependente e mais pobre. Yamamoto complementa:

A desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a. (IAMAMOTO, 2015, p.37).

Levando em consideração as condições vividas pelo Brasil, ao seguir “as exigências dos países centrais, demandando, sobretudo, uma produção baseada em produtos de baixo valor agregado, trabalho pouco especializado e consequente custo baixo na produção com alta lucratividade para o capital” (ABREU, 2015, p.25) devemos considerar as determinações impostas pelo capitalismo central na área da mineração, que faz com que o país assuma riscos resultantes desta atividade. Segundo Moricato (2015) a história do Brasil não é idêntica à do capitalismo central, pertencemos a um país de industrialização tardia com baixos salários.

O MPC possibilita que as condições e relações de trabalho se agravam a partir da apropriação dos meios de produção, da super exploração da força de trabalho, da terceirização, ampliando as desigualdades entre as classes.

Reforçando este pensamento, Abreu (2015) aprofunda à dimensão política e econômica do “desenvolvimento”.

A lógica do “Desenvolvimento”, serviu como estratégia de hegemonia do capitalismo, para a consolidação de um movimento trabalhado por Lênin, que já, no início do século XX, tratava por Imperialismo. Tese fundamental destes escritos é que o modelo desigual de crescimento é indissociável do processo de acumulação capitalista e seu desenvolvimento. Por isso, ilusória/abstrata é a concepção de que a ampliação e conquista de novos mercados (bases de produção, circulação e consumo), contém a promessa futura de que o crescimento capitalista é capaz de gerar melhores condições de vida para os países considerados “atrasados” (ABREU, 2015, p.25).

No MPC o trabalhador, que é uma mercadoria para o capital, vende a sua força de trabalho em troca de um salário para garantir a sua sobrevivência e de seus familiares e o capitalista, dono dos meios de produção, é o proprietário desta força de trabalho, que o explora e extrai a mais-valia.

O capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha, ele compra a força de trabalho que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias (...) os ganhos do comerciante não provém da circulação: sua origem está na exploração do trabalho. (NETTO; 2007, p.83)

No processo de produção o trabalhador produz mais valor que não é pago pelo capitalista que se apropria e este valor se torna a fonte de riqueza para o proprietário bem como também produz a pobreza para o trabalhador. O movimento da produção do capital é ao mesmo tempo reprodução das relações sociais e expansão da riqueza e da miséria. Pois tanto mais aumenta a riqueza para poucos na proporção inversa aumenta a pobreza para muitos.

O processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio conhecimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. [...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (Marx, 1984, I, 2: 161)

O capitalista também se apropria dos recursos naturais como água, o solo, a matéria prima e transforma-os em meios de produção levando-os ao esgotamento e/ou a destruição destes recursos, assim Benincá (2011) afirma que:

O avanço tecnológico e científico possibilitou o aperfeiçoamento de técnicas na construção de barragens e passaram a ser entendidas como sinônimo de progresso e desenvolvimento econômico. Mas esta interpretação de um desenvolvimento econômico na mídia aparece minimizando inúmeros desastres com degradações ambientais e impactos diversos. (BENINCÁ, 2011, p. 143)

No Brasil, “a Comissão de Barragens no ano 2000 registrou 594 grandes barragens e o acréscimo de outras 494 hidrelétricas até 2015” e, ainda, segundo informações do MAB (Movimento Atingidos por Barragens), a partir de dados do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás, e segundo Benincá (2011) outros “1443 projetos de barragens estão inventariados ou com estudos de viabilidade para serem construídos até 2030”. (Benincá, 2011, p.30)

Assim, esta disputa do capital pelo território demonstra o interesse econômico por parte das empresas enquanto as comunidades veem-no como espaço de sustentabilidade e sobrevivência. (Benincá, 2011, p.27)

Benincá (2011, p.26) salienta que no Brasil milhares de pessoas já foram atingidas pelas construções de grandes barragens, seja de energia, uso industrial, ou de represar ou fornecer água e dentro da estimativa as fiscalizações governamentais foram ineficazes e a deficiência do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) e do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das barragens apresentam análises que escondem e omitem a realidade dos impactos.

O mesmo autor ressalta que a construção de barragens impõe o empreendimento aos moradores e não informam os reais riscos que a comunidade possa vir a sofrer, e;

[...] segundo alguns autores, a construção de barragens é uma forma de colonização moderna em que o “outro”, forte e estranho, impõe o seu projeto. Apropriando-se dos bens naturais, subordina, silencia e expulsa compulsoriamente as populações locais. Aí a água é transformada em energia; a energia, em mercadoria: a mercadoria em obsessão de consumo; o consumo em sinônimo de desenvolvimento; o desenvolvimento em destruição da natureza e exclusão dos pobres. (BENINCÁ, 2011, p. 37)

A extração de minério dentro do Modo de Produção Capitalista (MPC) e da Acumulação Capitalista adotaram a terceirização, mecanismo da Reestruturação Produtiva¹, para impulsionar a lucratividade. É uma maneira de intensificar a exploração da força de trabalho, onde os trabalhadores submetem às condições precárias de trabalho devido à escassez e limitação de oferta de empregos. As condições desumanas e prejudiciais à saúde, a pobreza e a desigualdade, são alguns resultados desse modelo.

O MPC aliena, mistifica, transfere a responsabilidade ao indivíduo. As desigualdades sociais e os problemas, como o rompimento de barragem, são algumas das consequências da acumulação capitalista². Assim, as pessoas atingidas pelo rompimento de barragem representam as muitas refrações da Questão Social³.

Na verdade, a “questão social” – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classes, a desigual participação na distribuição da riqueza social- continua inalterada: o que se verifica é o surgimento alteração, na contemporaneidade, das refrações e expressões daquela. O que há são novas manifestações da velha “questão social” (MONTANO,2010, p.187)

A ideologia do desenvolvimento da cidade que vive da mineração entra em contradição com a realidade apresentada onde as pessoas por não terem o direito à moradia própria “ocupam” espaços sem infra-estrutura, sem pavimentação, sem água tratada retratando assim o distanciamento, a dualidade e diferenças entre ricos e pobres, desenvolvimento e miséria.

¹“Com a crise estrutural do capital nos finais dos anos 70, proveniente do desequilíbrio entre produção e consumo, deu-se início aos mecanismos para o enfrentamento desta crise. A Reestruturação Produtiva no Brasil, “começa durante a década de 1980 com a informatização produtiva, os programas de qualidade total e a implantação de métodos de gestão participativa. Segundo Antunes (2006, p. 16), inicialmente ela é marcada pela redução de postos de trabalho e pelo aumento da produtividade que dependeram da reorganização da produção, da intensificação da jornada de trabalho, do surgimento dos CCQs e dos sistemas de produção *just-in-time* e *Kanban*. Nos anos 1990, ela se intensifica sob o influxo da acumulação flexível e do modelo japonês – o toyotismo – quando a produtividade é potenciada pela implantação de forma diversas de subcontratação e terceirização da força de trabalho” (Mota, p.11)

²“À medida que se desenvolve o MPC, a necessidade posta aos capitalistas de acumular por acumular produz um excedente de capital em relação às oportunidades de empregá-lo lucrativamente – produz, de fato, uma super acumulação de capital. (...) A acumulação de capital depende da exploração da força de trabalho(...) quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação.(...) O capitalista pode aumentar a taxa de exploração prolongando a jornada de trabalho, intensificando o ritmo e as cadências, introduzindo inovações, pressionando os salários para abaixo do valor da força de trabalho”. (NETTO, 2007, p. 127)

³ “O debate sobre a Questão Social, surge na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais [...] a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças (Netto, 2007, p 139).

Moricato (2015) traz à reflexão aspectos que devem ser analisados para entendimento deste desenvolvimento ao responder questionamentos concernentes à produção do espaço urbano “*para entender a crise urbana*”.

Quais as “mãos sobre a cidade”? Quais são as mãos que controlam o crescimento da cidade, a ocupação do solo, que controlam o investimento sobre a cidade? Quem são os promotores, construtores, financiadores, proprietários de terra? Qual é o papel do Estado sob a forma de poder local, estadual e nacional? (MORICATO, 2015, p.13)

A empresa Samarco é uma empresa brasileira, que fornece minério de ferro para a indústria siderúrgica mundial é a responsável pelo rompimento da barragem de Fundão. Atualmente é controlada pela *joint venture* a Vale S/A e a anglo-australiana BHP Billinton. Foi fundada no ano de 1977 é a segunda maior fornecedora de pelotas de minério de ferro para 19 países da América, Ásia, África e Europa. Sua atividade principal é a extração de minério de baixo teor e transformá-lo em produto de alta qualidade e valor (Greenpeace, 2017, p. 15). Este processo de extração gera grande quantidade de rejeitos. Segundo o Relatório Greenpeace (2017, p. 16) tem aumentado a quantidade de rejeitos no meio ambiente por ser baixa a recuperação no beneficiamento destes rejeitos, aumentando assim os riscos e impactos desta atividade.

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa do ano 2014 informa que no ano de 2011 foi iniciado o projeto P4P (Projeto Quarta Pelotização) que ampliava a capacidade operacional e que alcançou um investimento de R\$ 6,4 bilhões, que ampliou a capacidade produtiva em 37%. Na produção do ano de 2014 alcançou 15,4% a mais da produção do que no ano de 2013.

O diretor-presidente da empresa, Ricardo Vescovi, no Relatório Anual de Sustentabilidade (2014), com relação ao P4P, afirma que:

Nossa proposta a essa nova dinâmica está estruturada em quatro eixos: alta produtividade, qualidade do produto adequada às necessidades dos nossos clientes, baixo custo de produção e uma reputação positiva perante nossos públicos de relacionamento. Prova disso é o resultado de nossas vendas no ano que somaram 25,1 milhões de toneladas, distribuídas de forma equilibrada entre 36 clientes de 19 países o lucro líquido alcançou R\$ 2.805,5 milhões.

Assim a empresa tem a seu favor discursos na *Ordem do Capital* para justificar a necessidade de ampliar a capacidade funcional por organismos estrategicamente planejados, especialistas em propagar a ideologia da ordem para aceitação da mineradora que induz a

população da cidade de Mariana a uma coesão social procurando naturalizar os impactos negativos da mineração e retirando direitos já conquistados na Carta Magna.

Segundo PoEMAS (2015, p.7) a empresa, tão conhecida tem 19 processos judiciais envolvendo sérias infrações que já foram notificadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), órgão responsável pelo monitoramento e controle das barragens de rejeitos, com vazamentos de rejeitos, contaminação de água, nas cidades de Barra Longa (MG) no ano de 2006 e em Anchieta (ES) no ano de 2008, e em Espera Feliz (MG) em 2010. E em 2015 a Barragem de Fundão foi classificada como estável e neste relatório da FEAM ficou constatado que:

27 barragens cuja estabilidade não estava garantida (sendo sete consideradas de grande impacto social e ambiental) e duas não estáveis desde 2012, o sistema de monitoramento apresenta limitações estruturais, associadas à incapacidade e inação dos órgãos estaduais em garantir níveis mínimos de segurança das populações e ecossistemas jusante das barragens de rejeito em operação no estado. (PoEMAS; 2015, p.12)

E ainda segundo PoEMAS (2015):

O contexto torna-se ainda mais vulnerável no nível federal. De acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), definida pela Lei Federal 12.334/2010 (Brasil, 2010), a Agência Nacional de Águas (ANA) deve coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens (RSB). Em 2014, o Relatório listava 14.966 barragens em todo o país, sendo 663 dedicadas a rejeitos de mineração, das quais 317 estariam localizadas no estado de Minas Gerais. Considerando que o inventário da FEAM listava um total de 450 barragens, pode-se concluir que o RSB é bastante incompleto. Além da falta de barragens, o próprio relatório explicita suas limitações. Por exemplo, do total de barragens cadastradas, a ANA desconhece a altura e volume de 81% (PoEMAS, 2015, p. 51)

Aprofundando esta problemática, conforme PoEMAS (2015) é preocupante sabermos que estas barragens estão espalhadas pelo Estado apresentando um grau elevado de destruição e risco não só para as pessoas que moram próximas a elas, como o evento do rompimento da barragem de Fundão.

Diante do que expusemos acima há uma grande preocupação do que está reservado no futuro para as comunidades próximas e ao meio ambiente quanto a estas 27 barragens cujas estabilidades não estavam garantidas. Será que novas barragens tenham que se romper para que novas medidas sejam adotadas?

A seguir será apresentado a realidade de Mariana, visto que é possível observar, que existe uma “ilusão” de que a cidade é dependente economicamente da indústria de minério e levam as pessoas a um mito de que precisam apoiar a empresa, assim, fixaram faixas pedindo a volta das atividades da mesma. Transferem a responsabilidade para o indivíduo, as pessoas atingidas, culpabilizando-as pela situação econômica que a cidade vem enfrentando. São estigmatizadas, sofrem preconceitos que naturalizam esta violência. Não conseguem ver que “o outro” foi colocado na condição de risco social e que não são responsáveis por esta condição. O atual prefeito da cidade de Mariana, em entrevista ao Portal da Terra (2015) retrata a condição da cidade de Mariana:

Hoje existe o sentimento de muita tristeza pelas vidas que se perderam, por essa tragédia. Mas se eu falar em fechar a Samarco eu estou falando em fechar a prefeitura, porque 80% da arrecadação é da mineração. Nesse momento, as pessoas começam a perceber a importância da empresa. Existem alguns movimentos que querem fazer a passeata, porque entendemos que é preciso suspender o serviço (da Samarco) nesse momento para descobrir os culpados pela tragédia. Mas falar em parar a mineração é falar em fechar o município de Mariana. Nós também temos que assumir a nossa responsabilidade. Nós nunca tivemos diversificação econômica, somos totalmente dependentes da mineração. Sempre entrou muito dinheiro no município por meio do CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Nunca nos preocupamos em ter um distrito industrial, por exemplo. Então que isso sirva de lição para nós, que estamos administrando os municípios, para que possamos agir com firmeza e ser menos dependentes. (Portal de Notícias Terra 2015)⁴

A arrecadação que a empresa destina à cidade, pela Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) garantia o orçamento público bem como a geração de empregos. Esta arrecadação é ínfima frente aos impactos que a mineração ocasionou ao meio ambiente e à sociedade pois, não trouxe mudanças significativas que melhorassem as condições de vida dos moradores no combate à pobreza, nos grandes problemas estruturais da cidade e nem na diminuição da desigualdade social. Assim, PoEMAS retrata que a dependência local da Indústria Extrativa Mineral, é:

[...] reforçada por atitudes políticas pró-mineração nas escalas estadual e federal – o que pode ser compreendido, em alguma medida, através das práticas de financiamento de campanhas eleitorais para os poderes Executivo e Legislativo de corporações mineradoras. (PoEMAS, 2015, p. 15)

⁴Disponível em: www.terra.com.br/noticias/brasil/sem-a-samarco-mariana-vai-parar-diz-prefeito,81118f6e64fded4d8ff1648f35f84f83q193qrx4.html. Acesso em: 10 jun. 2018.

No Relatório Final, (PoEMAS, 2015), que a empresa é a principal fonte de arrecadação e geradora de emprego na cidade exercendo desta forma a centralização da economia que perpetua uma dependência não só na comunidade mas também nas relações econômico-políticas, ao financiar campanhas eleitorais de diversos partidos em Minas Gerais, reforçando assim a dependência econômica e política.

E ainda, no Relatório Final afirma que os partidos do PSDB, PSB, PTB, PMDB, PT e PDT que:

Na Comissão Externa na Câmara dos Deputados, estabelecida para acompanhar e monitorar as consequências do rompimento, dentre 19 membros efetivos, dez tiveram suas campanhas financiadas pelas empresas do grupo Vale. (PoEMAS, 2015, p. 45)

Consideramos importante apontar para a exploração da força de trabalho nas áreas rurais implicando em mudanças sociais e culturais.

É justamente nas áreas rurais que as empresas terceirizadas das mineradoras contratam a parte de sua mão de obra com menores rendimentos. Por meio de contratos de curto prazo, a população mais pobre de Mariana consegue empregos que oferecem salários maiores do que a média da região, caracterizada por níveis de desemprego e subemprego elevados. Este é um fato concreto que restringe a capacidade de mobilização crítica aos grandes projetos mineradores na região e constringe sua população a aceitá-los. (PoEMAS, 2015, p. 38)

Assim a comunidade de Mariana, com medo de “perder o emprego” não se expressa através de atos, nem fala o que realmente pensam da empresa. O medo do desemprego leva as pessoas a terem um pensamento acrítico e conseqüentemente, suas ações em defesa da empresa.

Na indústria extrativa mineral (IEM), são generalizados os padrões de uso intensivo da força de trabalho, assim como níveis elevados de acidentes de trabalho. Os trabalhadores, diretos e externos, frente à limitada oferta de alternativas ocupacionais nas localidades onde empresas mineradoras operam (particularmente em Mariana, MG) se submetem a condições precárias de trabalho, sofrendo psicológica e fisicamente, os efeitos das decisões corporativas. (PoEMAS, 2015, p. 6)

Na audiência pública realizada na cidade de Mariana, no dia 07 de dezembro de 2017, foram discutidas a retomada das operações da empresa, haviam poucos moradores e inúmeros funcionários uniformizados da empresa que aplaudiam aqueles que proferiram palavras

favoráveis ao seu retorno, e àqueles que mostravam os pontos negativos da mineração na cidade eram vaiados e constrangidos a interromperem o seu discurso.

A Samarco, através destas agências, mantém a avaliação e o monitoramento das comunidades. Esse monitoramento tem como objetivo identificar possíveis pontos de tensão que coloquem em risco a imagem pública da empresa e, no limite, suas atividades operacionais. No mapeamento de possíveis conflitos sociais, importa saber o poder de influência e os interesses dos diversos grupos frente aos projetos mineradores. Dessa forma, a empresa realiza encontros com lideranças comunitárias, programas de visita às operações e fóruns públicos, buscando se antecipar a mobilizações sociais e outras ‘ameaças’ potenciais. Um dos mecanismos específicos desta gestão antecipatória da contestação (Hommel & Godard, 2005) é a realização de simulações de audiências públicas. (PoEMAS, 2015, p. 40).

O município justifica os sérios problemas como desemprego, baixa na arrecadação municipal como resultante do rompimento da barragem. Assim foram adotadas novas estratégias administrativas, dentre elas o corte dos gastos públicos com dispensa de quadro funcional.

Na época do rompimento, o medo e a insegurança tomaram conta da cidade, diversos estabelecimentos foram indiretamente atingidos, ao verem suas receitas diminuírem, e assim foram obrigados a demitir seus empregados aumentando assim o Exército Industrial de Reserva (EIR)⁵ que a cada dia a fila do SINE (Sistema Nacional de Emprego) tem aumentado e como consequência a este aumento o valor dos salários são reduzidos. Este é mais um mecanismo do neoliberalismo onde o indivíduo é responsabilizado pela situação e não o sistema estrutural.

Os trabalhadores, que não encontram outras formas de emprego, sujeitam-se a condições precárias e mudanças na jornada de trabalho. Segundo Milanez (2015) no ano de 2014 houve aumento das horas de escala dos trabalhadores, passando de uma escala de seis dias para uma de nove dias com duração de 8 horas diárias.

O desenvolvimento que a indústria de mineração apregoa é acompanhado da concentração e centralização do capital que reforça o mito da dependência e um desenvolvimento econômico firmado na exploração da força de trabalho e destruição de território de comunidades tradicionais.

⁵“(…) o avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos sejam maior que a demanda de força de trabalho. Assim, uma parte (sempre variável), maior ou menor) do proletariado aparece como sobrança em face das necessidades da acumulação; essa parcela de supérfluos (excedentes) constitui o exército industrial de reserva; trata-se, mesmo de uma população que, diante das exigências da acumulação, pode ser designada como população excedentária ou superpopulação relativa”. (NETTO, 2007 p. 133)

CAPÍTULO II – O SUBDISTRITO DE BENTO RODRIGUES ANTES E APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

2.1 Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem –Memórias que não podem ser soterradas pela lama

A história do subdistrito de Bento Rodrigues, fruto das memórias de um dos moradores que desde o seu nascimento, no ano de 1933, apresenta algumas informações com base nas experiências como importante fonte de identidade cultural e histórica no desenvolvimento desta comunidade. É importante salientar que o mesmo sempre foi envolvido com as questões relacionadas à conservação, preservação de importante acervo histórico e memorial da cultura desta comunidade.

Bento Rodrigues era um importante centro para a mineração, pois fazia parte da rota da Estrada Real. Foi um dos povoados que surgiu em decorrência da mineração do sec. XVIII, onde os tropeiros paravam para descansar antes de fazerem todo o caminho que foi oficializado pela coroa portuguesa para o percurso de transporte do ouro e dos diamantes para Rio de Janeiro.

Assim o morador,⁶ como memória viva, inicia com o relato da origem e como se deu a formação deste subdistrito, retratando não só a abundância de ouro que havia na localidade, mas também a riqueza das histórias de locais construídos pelos povos “escravizados” que ali trabalhavam, moraram e constituíram famílias.

Fala também das conquistas e realizações como da criação da Associação comunitária que foi fundada em 27 de dezembro de 1997, do time de futebol que foi reconhecido pela comunidade e que diversas vezes saía para vários lugares como Belo Horizonte, Ouro Preto, Santa Bárbara, Barão de Cocais. Da inauguração da banda de música, na época de 1776, quando os instrumentos utilizados vinham da Turquia. Também menciona o coral que apresentava em vários lugares até a lama entrar no subdistrito.

Assim começa falando da descoberta de Bento Rodrigues.

Bento Rodrigues foi descoberto em 1697, os primeiros que chegaram lá vieram acampar aqui em Mariana e Ouro Preto (na época Ouro Preto era no Morro de São João), então ele desprestigiado no meio do grupo desbandeiraram em outra direção onde desceu um conjunto comandado por Antônio Bento Rodrigues pelo Rio do Gualaxo do Norte e outro grupo desceu pelo Rio das Velhas em direção a São

⁶ Entrevista concedida em 16/05/18.

*Bartolomeu. Os que desceram no comando de Antônio Bento Rodrigues chegando no entroncamento do Bento Rodrigues com Rio Gualaxo com Córrego do Gregório eles usando bateia a resposta foi muito satisfatória porque a quantidade de ouro que lavravam por dia era muito alta era acima de 220 oitavas de ouro por dia isto era tudo na bateia Então ficaram lá alguns dias no entroncamento e depois resolveram subir pela mata e chegando em cima acharam aquele platô onde era a Praça. Ai acamparam ali e migraram gente de todos os lados para lavar ouro lá. **E tanto que o solo dentro de Bento Rodrigues é rico em ouro**, no Cascalho que tinha ruínas com pedras redondas que eram amontoado o cascalho era porque lavravam o ouro e amontoava o material é por isto que dava aquele cristal redondo que é encontrado na beira do córrego por isso é que colocaram o nome de Cascalho. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18. Grifo nosso)*

A primeira casa a ser construída era o sobrado, a casa da Sandra, de que era de segundo andar, feita com madeira Braúna e Jacarandá, com piso de pedra ali era uma fazenda de donos de escravos que construiu a igreja e também a segunda casa à frente a que Geraldo Marcolino morava. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

As primeiras construções de casas, da rua São Bento remontam da época da escravidão, quando os povos escravizados foram libertos e como não tinha para onde ir nem condições financeiras, receberam as casas pelos donos de escravos.

*[...] eram de pau-a-pique que foram doados pelos donos de escravos, que **doaram para que os escravos libertos**, quando do término da escravatura, como não tinha para onde ir, continuaram morando ali. As casas eram todas tortas. Na época tinha acima de 600 habitantes (500 eram escravos e forreados eram 123), aproximadamente no ano de 888, logo que acabou a escravatura. Tinha tudo isso escrito. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18. Grifo nosso).*

Corroborando com esta informação Oliveira (2016, p.7) quando afirma que:

O subdistrito recebeu esse nome por ter sido fundado por um bandeirante paulista chamado Bento Rodrigues que ali se firmou ao percorrer o Ribeirão do Carmo em busca de ouro. Em meados de 1718 foi construída a sua primeira igreja, dedicada a São Bento, e posteriormente outra igreja maior, dedicada à Nossa Senhora das Mercês.[...] Num recenseamento verificado em 1831, o 'distrito de paz de Bento Rodrigues' apresentava 318 livres, 136 cativos, num total de 454 habitantes e 91 fogos. Em 1838, a lei nº 102, de 6 de abril, suprimiu o distrito, cujo território ficou incorporado ao de Mariana - Por um pedido de auxílio dirigido à Assembléia Provincial, em 1853, verifica-se que havia ruído a capela de S. Bento, o povo construíra outra que, na época, estava já com dois altares prontos. A lei nº 1.477, de 9 de julho de 1868, elevou Bento Rodrigues a distrito de paz. Esta lei, entretanto, foi revogada pela de nº 1.858, de 12 de outubro de 1871; assim, continuava Bento Rodrigues como simples povoado do município de Mariana. Em 1880, a lei de 30 de novembro transferiu a sede da freguesia de Camargos para o arraial de Bento Rodrigues. Hoje [1971], continua na situação de povoado, no município de Mariana. (BARBOSA, 1971, apud OLIVEIRA, 2016, p. 7).

Ainda em seu relato o morador entrevistado menciona que em sua infância, a forma e o instrumento bateia⁷ que os moradores do subdistrito utilizavam no trabalho para a retirada do ouro, eram de maneira artesanal e que a terra era boa para plantio.

[...] os moradores de Bento Rodrigues trabalhavam na lavra de ouro no garimpo, de forma manúá com canais e com bateia e também trabalhavam e plantavam na roça no tempo de seca. Quando era a época da chuva (chovia 30 a 40 dias), quando o córrego enchia era tirado o cascalho e apuravam o ouro para sobreviver. Na colheita da roça era transportado o milho, feijão e arroz era jogado na porta da casa e juntava um mutirão para guardar a colheita pois os animais ficavam soltos e corria o risco de estragar a colheita. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

Retrata ainda a perda histórica para a comunidade quando a Igreja de São Bento foi destruída pelo fogo.

Depois de alguns anos a Igreja de São Bento foi demolida por uma fâisca que demoliu, isto foi 131 anos depois, já estava começando a construir a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, que recebeu peças do Altar-Mor. Nesta época era criado em irmandades, ninguém era sepultado fora da igreja de São Bento. (...) No piso da igreja havia separações onde era sepultado e era colocado o nome das pessoas com pregos, que eram fabricados na fazenda da fábrica nova, (próxima a Barragem Santarém). Depois é que foram criados os Cemitérios. A igreja das Mercês tinha também o mesmo sistema que tinha na igreja de São Bento, que quando falecia outra pessoa, era colocado e somente era mudado o nome. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

Sobre a reconstrução da nova Igreja de São Bento, relata:

“O Camilo, era dono de escravo, e então quando houve aquele acidente que a igreja foi demolida ele combinou com o pessoal que iria reconstruir a capela de São Bento no local e ele estava próximo a acabar a escravatura, isso foi na década de 288 e ele começou a esconder os 10% que ele mandava para Portugal. Ele começou a esconder aquilo para reconstruir a igreja de São Bento e combinou com o pessoal que quando ele falecesse ele seria sepultado e ninguém mais poderia ser colocado no local onde ele foi sepultado na igreja, não na sepultura dele. Quando acabou a escravatura ele ergueu a capela de São Bento no mesmo local só que com as dimensões menores e ela era maior do que a construída. Ela tinha os coro laterais e algumas peças da Igreja das Mercês era de São Bento e foi construído várias peças que foram estragadas com a demolição da igreja, foram construídas da madeira antiga que a capela tinha cedro, braúnae jacarandá preto. A mata atlântica era só braúna, jacarandá e canela. As câmaras dentro da igreja era sepultados e na hora da missa os que faziam parte da irmandade e eram católico ficavam separados pela grade, e poderia ficar neste local e os que não eram batizados ou casados teriam que ficar após a grade”. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18. Grifo nosso).

Mais uma vez a comunidade sente a perda da Igreja de São Bento, marco histórico para a comunidade

⁷Este instrumento “Bateia”, era utilizada pelos trabalhadores no processo de mineração para retirada dos metais preciosos tem a aparência de um prato pontiagudo.

Debaixo do altar-mor, que era vago eu fiz uma capelinha atrás e ninguém via, ninguém sabia, porque era tudo tampado. Eu fiz e coloquei coisas antigas dentro desta capelinha, tinha os castiçais de cedro, braúna a lama levou tudo e nada disto foi recuperado. (...) Os andores o que era de prata, de madeira (...) a pia batismal e a que colocava a água benta e tinha uma pia de pedra próxima ao altar- mor e eu não deixei que vendesse a pia só que agora perdeu tudo isso (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

Tinha as coisas escritas lá no livro de Ata de quando foi inaugurada a Conferência de São Vicente. A primeira do Brasil que foi inaugurada do Brasil foi a de Bento. Tinha a documentação toda lá que tinha vindo da França e ficava lá no altar de São Vicente, o livro de Ata e foi tudo embora. Ficava numa gaveta de uma mesa lá, tinha no quadro a carta que foi licenciada pelo comando da conferencia que era lá da França que tinha vindo para Bento e a documentação era toda em francês é tanto que eu tinha duas documentação e traduzi em português por não entender, não entendia nada de francês. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

Quanto à tradição religiosa em suas festas, são a preservação das gerações passadas que dão identidade religiosa à comunidade

[...] “tradicionalmente no mês de setembro era celebrada a Festa de Reinado, que durava três dias. Tinha início no sábado com a procissão da bandeira, no domingo e segunda-feira era dia do reinado das Mercês e/ou do Rosário e na terça-feira tinha uma procissão Santa Efigênia que tinha entrega de esmolos e donativos que eram arrecadados e usados para reforma da igreja”. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

Antônio Bento Rodrigues ele era do dia 21 de março e era considerado dia de São Bento no dia 21 de março, e tanto que até Bento Rodrigues na década de 60 as pessoas não trabalhavam no dia 21 de março a festa de São Bento era celebrada neste dia e as pessoas que moravam em outra cidade religiosamente no dia 21 de março iam para celebrar a festa. A Festa foi modifica para o dia 11 de julho pelo Pároco devido a dificuldade de ter de celebrar a festa da Semana Santa em Mariana e Passagem. Então a Festa de São Bento ficou sem ser celebrada por vários anos. No ano de 85 um grupo resolveu voltar a celebrar a festa de São Bento que só veio a deixar de ser celebrada devido o rompimento da barragem.(Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

Em seu relato, menciona que além da extração de minério, havia uma fábrica de tecido na cidade de Mariana, como alternativa ao trabalho na mineração.

Em Mariana, havia a fábrica de tecido (perto Prefeitura) e quem não trabalhava na Mina de Passagem tinham que trabalhar no garimpo. E a tarde o trem vinha de Ponte Nova as 15:45, e ver o trem passar este era o divertimento da época. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

A mina do Cascalho foi coberta com detrito pela Samarco, ela funcionava com bomba trabalhando dia e noite para tirar água dela para conseguir trabalhar porque dava muita água. As casas de Bento todas elas tinham, eles falam poço, eles não falam cisternas. A água era tirada na chácara, construía um buraco e tirara a água. Quando a casa não tinha cisterna as moças iam no córrego buscar água. A água era toda límpida. (Entrevistado nº 1 – 15/05/18)

As informações acima relatadas são provas de que o subdistrito foi um local de grande riqueza de água limpa e de exploração capitalista, e além destas, pelo relato é possível identificar que a população predominante era negra. Assim PoEMAS, aprofundar esse debate de particularidades envolvendo racismo.

O desastre da Samarco/Vale/BHP pode ser enquadrado ainda, na condição de racismo ambiental, tendo em vista que há uma tendência de intensificação das situações de risco que atingem comunidades com população predominantemente negra e causadas pela proximidade da exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues, com uma população aproximadamente 85% negra, se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeitos rompida e 2 km da barragem do Santarém; Paracatu de Baixo, com 80%, se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem rompida (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira, afastado aproximadamente 62 km da barragem, apresenta 70,4% da população negra, e a cidade de Barra Longa, com 60,3% da população negra, dista cerca de 76 km da barragem. Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do evento. (PoEMAS, 2017, p.10)

No Relatório Final de PoEMAS (2015) é constatado que “uma carga desproporcional dos riscos e dos impactos socioambientais recai sobre os grupos étnicos mais vulneráveis”. (PoEMAS, 2015, p.66)

O caso do desastre da Samarco/Vale/BHP comprova, mais uma vez, que são os segmentos com restrito poder político-econômico e menor capacidade de se fazer ouvir – pobres, rurais e negros –, que estão mais expostos aos riscos ambientais e que sofrem mais com as perdas humanas, materiais, territoriais e culturais dos impactos ambientais. O racismo ambiental está presente na distribuição locacional dos empreendimentos poluidores e geradores de grandes impactos ambientais, que se estabelecem de forma concentrada e ameaçam grupos de baixa renda, marginalizados, vulneráveis e racialmente discriminados (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009. Apud PoEMAS, p.66)

Abreu (2013) enfoca que o “racismo ambiental extrapola as questões meramente raciais e étnicas, abarcando as injustiças, os preconceitos e a desigualdade que afligem populações e grupos vulneráveis” (ABREU, 2013, p. 89).

De acordo com a Declaração de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2001), apud Abreu (2013) traz o conceito de que:

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnico-tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, apud ABREU, 2013, p. 91)

Assim o rompimento da barragem de Fundão, mostra mais uma vez, a injustiça contra grupos vulneráveis por parte do Estado que não interfere, em sua forma estrutural, tendo em vista que diversas pessoas já sofreram e sofrem as consequências deste empreendimento.

O tratamento desigual em relação aos grupos ambientalmente excluídos é vergonhoso. Seja pela atitude permissiva do poder público ao não impedir que estes grupos sejam diretamente afetados por empreendimentos poluidores, seja pela omissão com a ausência de políticas públicas eficazes no combate a injustiça ambiental, seja pelo descumprimento do princípio da informação, seja com a inexistência de efetiva participação dos interessados –afetados- nos atos decisórios, seja pela falta de acesso aos recursos naturais [...] (ABREU, 2013, p. 93)

Portanto, a autora aborda que o racismo na sociedade brasileira:

O problema do preconceito e do racismo no Brasil já extrapolou as questões raciais e étnicas e se alastrou não apenas no convívio social, mas também na vida política no país e nas decisões governamentais. A motivação para exclusão de brasileiros tem as mais variadas nuances, seja cor da pele, local de nascimento, tipo de trabalho ou ausência deste, local de residência, escolaridade, conta bancária, e, o que se destaca, a questão ambiental. (ABREU, 2013, p.91)

Assim, neste contexto de rompimento da barragem “O racismo deixa de ter apenas impacto racial estendendo-se a preconceitos e injustiças ocorridos com grupos vulneráveis, sejam histórica, econômica, social ou ambientalmente desprotegidos” (ABREU, 2013, p.90) e vai além, aprofundando este debate que “um triste cenário se descortina: a naturalização do preconceito, da desigualdade e do racismo, em todos os seus aspectos, na sociedade brasileira” (ABREU, 2013, p.90).

Conforme Herculano (2008) apud Abreu (2013) enfatiza que:

Racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não-semelhante. [...] Assim, nosso racismo nos faz aceitar a pobreza e a vulnerabilidade de enorme parcela da população brasileira, com pouca escolaridade, sem renda, sem políticas sociais de amparo e de resgate, simplesmente porque naturalizamos tais diferenças, imputando-as a ‘raças’. (HERCULANO, 2008 apud ABREU, 2013, p. 91)

E ainda aprofundando este debate Abreu (2013) ao apropriar do pensamento de Pacheco (2007) destaca:

Está presente na maneira como ‘descartamos’ populações tradicionais – ribeirinhos, quebradeiras de Codó, geraiszeiros, marisqueiros, estrativistas, caiçaras e, em alguns casos, até mesmo pequenos agricultores familiares (PACHECO, 2007 apud ABREU, 2013, p. 91). Ressalte-se que grupos vulneráveis arcam com as consequências gravosas dos danos ambientais, seja porque não tem voz – ou ninguém que ouvi-los-, seja porque não têm vez – ou ninguém os deixa falar – seja porque, em termos de governabilidade, estes grupos excluídos constituam apenas uma grande massa para manobras políticas. (ABREU, 2013, p. 93).

O território de Bento Rodrigues, a partir dos relatos expostos acima pelo morador do subdistrito, o quanto este território de povos tradicionais vulneráveis é disputado tamanha a variedade e riqueza de ouro e da abundância de água. Mesmo tendo várias nascentes os moradores sofriam constantemente com a falta de água.

Não foram só residências perdidas, a partir do relato percebe-se o patrimônio histórico, um grande legado e acervo cultural que conta muito da formação de Bento Rodrigues.

2.2. As consequências humanas, ambientais e nas relações sociais

O rompimento da barragem de Fundão, para além do dano ambiental conhecido mundialmente, se estendeu entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, atingindo significativamente a vida dos moradores da região de Bento Rodrigues, situado no município de Mariana, bem como outras localidades ribeirinhas ao Rio Doce.

Tal crime produziu uma disputa de nomenclatura: acidente, catástrofe, crime, desastre, entre outros. A diversidade de termos divulgados a este evento no município leva à necessidade da definição e classificação levando em consideração a intensidade dos efeitos causados. A Instrução Normativa nº 01 de 24/08/12, do Ministério da Integração Nacional, que institui procedimentos e critérios decretam para os Municípios, Estados e pelo Distrito Federal a condição de situação de emergência ou situação de calamidade pública e define o termo desastre como:

[...] resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios. (INSTRUÇÃO NORMATIVA, 2012, p. 11)

A magnitude do crime, com 19 mortes, sendo 04 de moradores do subdistrito e 15 mortes de trabalhadores da empresa responsável pelas operações da mineração na região. Outras consequências levantadas foram traumas psicológicos, ferimentos físicos silenciados pela grande mídia. Não foi a primeira e nem a última a ser noticiada pelos veículos de comunicação que escondem o descaso das empresas e do Estado para com a proteção dos direitos das pessoas que vivem em áreas próximas à barragens.

Em Minas Gerais, no ano de 1986 em Itabirito, outro rompimento ocasionou a morte de 7 pessoas na barragem de rejeitos da Mina de Fernandinho e em 2001 no município de Nova Lima na região de Macacos levou à morte 5 operários, causou assoreamento de 6,4 km no leito do córrego Taquaras quando rompeu a Barragem de Mineração Rio Verde.⁸

A empresa mineradora, de acordo com PoEMAS (2015, p. 44) já foi multada por falhas no ano de 2004 quando operava a barragem de Santarém sem estar com a licença renovada para operação; em 2005 foi multada pelo vazamento da barragem Germano, e no ano de 2010 houve a contaminação do rio São Sebastião, no Estado do Espírito Santo, por vazamento de minério.

⁸<www.otempo.com.br/cidades/minas-já-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>

Portanto, o rompimento da barragem de Fundão não é o primeiro desastre dessa empresa. O Laudo Técnico Preliminar do Ibama (2015) que analisa os impactos socioeconômicos de Fundão aponta que a lama atingiu diversas comunidades causando destruição de edificações, pontes, vias públicas, quanto mais próximo à barragem os danos eram maiores. Primeiramente, destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues e a seguir os distritos de Paracatu de Baixo, Barra Longa e Gesteira, neste percurso a lama também foi afetando os rios Gualaxo, Carmo e Rio Doce.

Os prejuízos foram muito maiores como demonstra este recorte do Laudo Técnico do IBAMA:

[...] mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, sendo que algumas ainda restam desaparecidas; desalojamento de populações; devastação de localidades e a conseqüente desagregação dos vínculos sociais das comunidades; destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.); destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas; interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candongia, Aimorés e Mascarenhas); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica; mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre; assoreamento de cursos d'água; interrupção do abastecimento de água; interrupção da pesca por tempo indeterminado; interrupção do turismo; perda e fragmentação de habitats; restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas; alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada; sensação de perigo e desamparo na população. (LAUDO TÉCNICO DO IBAMA, 2015, p. 26).

Segundo a Organización Panamericana de La Salud (2000) apud, Milanez (2016), os resultados deste desastre resultam:

[...] um desastre dessa magnitude, que resulta na destruição da infra-estrutura comunitária, na exposição prolongada da população as conseqüências da catástrofe e afeta diretamente os meios de vida e subsistência, produz grande sofrimento psíquico. (MILANEZ, 2016, p.167).

Assim, os impactos do rompimento da barragem de Fundão na vida dos moradores de Bento Rodrigues, nunca poderão ser mensurados, reparados e nem compreendidos em sua totalidade, como demonstra fala do morador:

Um pé de jabuticaba plantado pelo meu pai, pelos meus avos, um pé de jabuticaba que eu vi crescer, que, desde criança, eu brincava nele. A casa onde eu fui criado. Como é mensurado o valor da casa onde eu fui criado e, antes disso, que o meu pai nasceu e foi criado lá? Qual é o valor que tem uma casa dessa? Eu me aposentei e tinha sonhos de viver minha aposentadoria em Bento Rodrigues, viver o resto da minha vida ali naquelas terras. Esse sonho foi interrompido. Qual o valor que tem isso? Quando eu tinha 15 para 17 anos, lá em Bento, iam pessoas passear ou comprar frutas e viam aquilo tudo produzindo. Naquela época, as pessoas já falavam para mim, para o meu pai, lá em casa: “nossa! Isso que vocês tem aqui não tem dinheiro que compra!” Não falavam só das benfeitorias, mas da vida que a gente

vivia ali. As expectativas da construção da Matriz de Danos tem que ser positivas. Tem horas que bate aquele desânimo, mas precisamos pensar positivamente pra que sejamos ressarcidos. Sabemos que não seremos indenizados adequadamente, porque o que perdemos são coisas que não podemos calcular o valor, aquilo que nada paga, que é incalculável. Coisas que a gente nunca pensava em vender. Porém, temos que ter uma boa expectativa sim, para construir a Matriz e sermos reparados pelo menos de uma parte. (Jornal A Sirene, Maio/2018, p. 5 – Marcos Muniz)

Apenas quem vivenciou a experiência entenderá a extensão e profundidade destas perdas que perdura por dias, meses e anos produzindo o adoecimento proveniente da mudança de território, do cotidiano, da insegurança, do tempo de espera, da hostilização, da ociosidade e da alteração do modo de vida.

Foi horroroso e a gente agradece todo mundo que fizeram a doação e depois de tudo isto a gente nem sabe que tinha direitos da gente e os direitos foram chegando, paras as pessoas para os atingidos e algumas pessoas foram ficando contra a gente. Foram tendo outras visões, falando mal da gente. A gente foi hostilizado por várias pessoas, não são todos, mas uma minoria mas que a gente sofreu muito e de uma certa forma a gente continua sofrendo. (Entrevistado n° 2 – 04/06/18)

Em relação aos impactos sociais, as pessoas do subdistrito de Bento Rodrigues são forçadas a recomeçar suas vidas em outros lugares, estabelecer novos vínculos em território totalmente diferente. No caso de Mariana, depender de moradias alugadas pela empresa, distante dos familiares e neste novo modo de viver, poucos conseguem se adaptar. A lembrança permanece viva em suas mentes e a reparação econômica não poderá substituir parte das perdas materiais.

A fauna e a flora e os rios que também foram afetados e são parte da vida da comunidade atingida, pois as plantas, a criação, os animais domésticos que haviam em cada quintal do subdistrito contavam uma história que foi passada de geração em geração, havia uma ligação profunda com a identidade e a cultura. A lama destruiu este vínculo.

Aos dois anos de idade eu, meus três irmãos e meus pais fomos morar em Bento Rodrigues. Morávamos em uma casinha afastada. A família cresceu era um lugar que a gente gostava. Brincava de jogar bola, tomava banho no rio, carregava porco, cachorro gato para brincar de boneca. Subia na árvore e descia. Assim era no nosso dia a dia. A noite brincava de pique-esconde e quando a lua estava clara, meus pais iam contar história, as vezes a gente ficava com medo e não dormia. Mas agente gostava muito das histórias. (...) Era um lugar de difícil acesso e a gente ia para escola descalço e a gente levava um pano e quando atravessava o última pinguela chegava na escola lavava e calçava o sapato. A nossa bolsa de escola era pacote de açúcar, de arroz e ali colocava os cadernos que a gente tinha. E quando a gente voltava a gente gostava de passar na casa do meu avô, gostava de comer queijo com café, farinha com feijão que ele fazia pra gente e a gente vinha embora satisfeito. Chegava em casa oh mãe passamos na casa do vô comi isso aquilo e a vinha todo satisfeito. (Entrevistado n° 2- 04/06/18)

As mudanças do rural para o urbano causam impactos onde as pessoas tem que se adequar a um novo cotidiano transformado. As casas oferecidas pela empresa não tem quintal nem horta, sem a variedade de frutos que a cada mês poderiam colher. A não adaptação ou inadequação das moradias leva-os a mudar de casa em casa. Hoje, a alimentação é totalmente comprada. A perda da autonomia financeira obriga-os a dependerem de auxílio financeiro do cartão bancário concedido por determinação do Ministério Público de Minas Gerais, para a defesa dos direitos das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, conforme demonstra o Relatório Institucional:

Auxílios financeiros provisórios até a indenização definitiva – o cálculo de indenizações, em desastres dessa magnitude, é complexo e dilatado, pois envolve muitos fatores, que precisam ser conhecidos em detalhes. Entretanto, as famílias não podem ficar desamparadas até a sua integral reparação. Desse modo, foram criados vários auxílios financeiros por iniciativa do Ministério Público, especialmente o auxílio financeiro mensal para as pessoas que perderam renda (pago através de um cartão bancário). (RELATÓRIO INSTITUCIONAL DO MNISTÉRIO PÚBLICO, 2016,p.4).

Um impacto importante nas relações familiares foi da escolha do titular no núcleo da família como o responsável por este cartão, diversos são os conflitos envolvendo esse recurso financeiro devido à aceitação e/ou aprovação, ou seja, quem irá administrar os recursos.

Os determinantes econômicos podem causar efeitos para além dos conflitos familiares:

Ainda no que tange aos impactos materiais, sociais e simbólicos, as barragens causam a desestruturação de comunidades, o rompimento de laços familiares e grupais, traumas diversos, o desenraizamento cultural, a perda do vínculo espacial, doenças (como malária, dengue e outras), depressão, violência e até casos e suicídio em virtude de transtornos psíquicos. A inundação de florestas, cidades, escolas, cemitérios, igrejas e outros espaços considerados sagrados incidem de forma extremamente negativa sobre os atingidos. (BENINCÁ, 2011, p.48).

Os impactos também quanto ao projeto de vida idealizado pelas pessoas, envelhecer no seu território, próximo aos seus entes queridos, residir no próprio local, enfim tiveram que ser interrompidos.

O território que ocupam como ambiente de vida, local de morada e de trabalho coletivo e individual é que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos, garantindo a reprodução social e a de sua comunidade. Plantam roças, criam animais, constroem moradias, realizam festas e atividades religiosas, trocam dias de trabalho, ou seja, formam seus domínios. (NASCIMENTO, 2014 apud PoEMAS, 2015).

PoEMAS (2015) analisa como impacto a destruição da Associação de Hortifrutigranjeiros - AHOBERO em que a comunidade se orgulhava da plantação de pimenta

biquinho e seu processamento até o produto final da geleia. Era reconhecido pela comunidade como uma fonte de renda e teve a suspensão da produção por alguns meses após o rompimento da barragem. Assim PoEMAS entende que:

Ficam evidentes os elementos socioculturais que compõem os territórios e as populações que os habitam, impactadas pelo rompimento da barragem de rejeitos. Além disso, como vem sendo demonstrado, nestes territórios experiências na relação com a terra e a água, ou de organização coletiva para incrementar rendas locais também foram destruídas. Em Bento Rodrigues, por exemplo, sujeitos que praticavam a agricultura familiar camponesa e que ao longo dos anos também haviam fortalecido experiências de autogestão e associativismo no âmbito da economia solidária por meio da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO), tiveram suas fontes de renda aniquiladas pela lama. [...] representou também a ruptura abrupta com um histórico e acúmulo de lutas, esforços coletivos para que famílias pudessem manter-se em seus territórios com dignidade, produzindo para o auto sustento e comercializando excedentes, organizando associações e incrementando as fontes de renda. (PoEMAS, 2015, p.73)

A empresa de mineração tem explorado a região do subdistrito de Bento Rodrigues e não realiza benfeitorias significativas na comunidade, suas ações são focalizadas e assistencialistas, com o objetivo de amenizar os questionamentos e tensionamento da comunidade ao propor ações como por exemplo, cursos de artesanato, de informática, quando a comunidade precisava da pavimentação da estrada que liga Bento Rodrigues a Mariana.

Com o escândalo causado pelo rompimento da barragem a empresa constituiu uma fundação para compensar os prejuízos sociais, culturais e artísticos. Para tanto instituiu a Fundação chamada “Renova”, para desenvolver ações de reparação institucional.

A Fundação Renova nasceu após a assinatura do Termo de Transição de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre Samarco, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional das Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), O Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH). Foi constituída em 30/06/16 e iniciou suas operações em 2/08/16. Os programas da Fundação Renova são baseados em duas principais frentes: remediação e compensação. A primeira consiste em restaurar e restabelecer as comunidades e recursos impactados pelo rompimento da barragem, enquanto a frente de compensação visa substituir ou compensar o que não é passível de remediação.⁹

⁹Disponível em: <www.fundacaorenova.org> Acesso em mar. 2018.

Entretanto os autores MILANEZ e PINTO (2016) ao fazerem análise sobre o Termo de Transição e de Ajustamento de Conduta firmado entre os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, juntamente com a empresa Samarco apontam questionamentos que este Termo “possui falhas em sua elaboração e concepção e que será incapaz de produzir a real mediação e compensação dos impactos decorrentes do desastre” (MILANEZ e PINTO, 2016, p. 01).

Assim, com base em Medeiros (2016) apud Milanez e Bruno (2016) analisam que o que chama a atenção é:

a ausência de representantes das populações atingidas, que não tiveram a oportunidade de participar da discussão do Acordo, muito menos influenciar na definição dos termos em que ele se daria. De fato, não existem garantias legais de participação social na propositura de um TAC. (...) No caso deste Acordo, os órgãos públicos parecem compartilhara ideia de que a busca pela garantia e defesa dos direitos e interesses transindividuais é uma questão somente técnica, destinando o poder de decisão à Fundação criada pelas empresas, aos órgãos ambientais, aos especialistas a serem contratados e à burocracia estatal. (MILANEZ e PINTO, 2016, p. 03)

A ausência também do Ministério Público Federal dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais neste TAC, segundo Milanez e Pinto (2016), consideram que este Acordo “prioriza a proteção do patrimônio das empresas em detrimento da proteção das populações afetadas e do meio ambiente” (MILANEZ e PINTO, 2016, p. 04).

Segundo os autores Milanez e Pinto (2016) este acordo ainda define que a Fundação desenvolverá ações de reparação e que terá o poder de decidir quais pessoas serão consideradas atingidas e definir parâmetros para indenização destas pessoas atingidas além de escolher as empresas para fazerem a auditoria, o que suscita questionamentos se a reparação será justa, uma vez que a Fundação, em suas ações tem privilegiado a empresa e não as pessoas atingidas.

Os relatórios elaborados por tais empresas de auditoria tendem a ser normalmente escritos em uma linguagem assaz técnica e disponibilizados por meios pouco acessíveis aos atores impactados. Essa prática reduziria ainda mais a capacidade desses agentes participarem ativamente e acompanharem o cumprimento das cláusulas do Acordo. (MILANEZ e PINTO, 2016, p. 06)

A partir dessas considerações faz-se necessário que se tenha o entendimento das mediações que nos esclarecem qual é realmente a função da Fundação Renova. Foi criada para as pessoas atingidas ou é uma forma de legitimar a dominação de classes ao perpetuar seus valores, seus interesses sejam aceitos por todos?

Neste processo de despolitização do debate, os direitos das vítimas à justa reparação e à construção dos seus modos de vida são, sob a égide empresarial, subsumidos a

lógica gestonária de identificação, mensuração e valoração das perdas. Dinâmica esta que sedimenta um processo de expropriação e de perpetuação do sofrimento social”. (ZHOURI, 2018, p.43)

As pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão assumem as ações de resposta às demandas sociais apostando na sua autonomia através de organização do coletivo, pois a instituição promove ações assistencialistas, benevolentes e não de direito.

Assim que houver a construção do outro local onde a comunidade será realocada (600 pessoas) passarão por processo parecido no terreno que já foi aprovado no projeto urbanístico (com 175 votos das famílias em dezembro/2017) será construído no local chamado terreno da “Lavoura”.

2.3. Em busca dos direitos que foram violados após rompimento de barragem- caminhos percorridos

Levando em consideração o que rege a Constituição de 1988 em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança”.

Aprofundando o debate em relação aos direitos, importa mencionar que após a Segunda Guerra Mundial houve a necessidade de tratados internacionais em face da violação de direitos ocorridos no período pós-guerra quando as pessoas não eram consideradas cidadãos de direitos.

Conforme Bilder (1992) apud Piovesan (1996):

O movimento do Direito Internacional dos direitos humanos é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações. O Direito Internacional dos Direitos Humanos consiste em um sistema de normas internacionais, procedimentos e instituições desenvolvidas para implementar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos em todos os países, no âmbito mundial (...) Embora a ideia de que os seres humanos têm direitos e liberdades fundamentais que lhe são inerentes tenha há muito tempo surgido no pensamento humano, a concepção de que os direitos humanos são objetos próprios de uma regulação internacional, por sua vez, é bastante recente. (...) Muitos dos direitos que hoje constam do Direito Internacional dos Direitos Humanos surgiram apenas em 1945, quando, com as implicações do holocausto e de outras violações de direitos humanos cometidas pelo Nazismo, as nações do mundo decidiram que a promoção de direitos humanos e liberdades fundamentais deve ser um dos principais propósitos da Organização das Nações Unidas. (PIOVESAN, 1996, p.88)

No ano de 1948 a aprovação da Declaração Universal possibilitou que um novo conceito centrado nos direitos civis, políticos, econômicos e sociais fosse consolidado, assim segundo Piovesam (1996) “ela demarca a concepção contemporânea dos direitos humanos (...) mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais” (PIOVESAN, 1996, p. 93).

No Brasil, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), criado pela Lei Federal 4.319, e 16 de março e 1964, equivale à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e a Comissão de Direitos Humanos da ONU.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), no ano de 2010, pela Resolução 26/2006 instituiu uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens. Esta comissão teve a incumbência de:

I - Acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País, realizando um levantamento empírico desses casos; II - Apresentar sugestões e propostas no que concerne a prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens, e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas.” (Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Resolução Nº 26, de 15 de agosto de 2006).

Nesta comissão foram analisados que as pessoas atingidas pelo empreendimento de barragens tiveram dezesseis direitos violados, direitos estes que também podem ser percebidos que foram violados as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

1. Direito à informação e à participação; 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4. Direito à moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8. Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas passadas; 16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária. (Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Resolução Nº 26, de 15 de agosto de 2006).

E ainda de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) o Conselho tem:

competência para promover inquéritos, investigações e estudos para avaliar eficácia das normas que assegurassem os direitos da pessoa humana inscrito na Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), podendo receber representações com denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e tomar providências cabíveis referente a abusos dos particulares ou das autoridades por elas responsáveis.¹⁰

Cabe aqui frisarmos a importância do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento este que teve seu início na década de 70, período em que surgem diversos movimentos sociais como o PT (Partido dos Trabalhadores), o MST (Movimento Sem Terra), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), período de grande repressão na ditadura militar quando ocorre a retirada de diversos direitos políticos e sociais. O MAB vem lutando pelos direitos das pessoas atingidas pelos empreendimentos de barragens, independente do tipo de barragem que vem deixando grande número de pessoas sem suas casas e terras. É um movimento social de resistência que se opõe e questiona a construção de barragens no país, e de luta para que as pessoas atingidas recebam suas indenizações e tenham o direito ao território e à sua cultura.

Segundo Montano(2010), o MAB a partir de 1989 começou a se articular como movimento social após o *I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens*.

Nesse ano foi decidida a constituição de uma organização em nível nacional para fazer frente ao plano de construção de grandes barragens. Em 1991, o MAB torna-se um movimento nacional e institui o dia 14 de março como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens. O Movimento se posiciona contra os planos que impõem a construção de grandes barragens e incentiva a busca e a luta por alternativas para a geração e a distribuição de energia que modifiquem a atual matriz energética brasileira. Para tanto, defende uma real democratização da política energética e um projeto de sociedade igualitário e ecologicamente responsável. (MONTANO, 2010, p. 299)

Benincá (2011) defende que a construção de barragens não propicia o desenvolvimento às comunidades “pois trazem grandes impactos e riscos à população e ao meio ambiente” (BENINCÁ, 2011, p.24), e continua:

Segundo o MAB as grandes barragens são uma ameaça à população desde o início do projeto até muito tempo depois da construção, pois as famílias que moram nas proximidades do lago vivem constantemente com a insegurança do rompimento” (BENINCÁ; 2011, p 51).

¹⁰<<http://www.mabnacional.org.br/content/cddph-conselho-defesa-dos-direitos-da-pessoa-humana>>Acesso em: 17 de jun. 2018.

É importante ressaltar que o MAB assim como diversos movimentos sociais desde o dia 05 de novembro de 2015 estão atentos à cidade de Mariana. Procuram fortalecer, ampliar e colocar em pauta o debate no enfrentamento ao discurso sobre o modelo vigente de barragens, e à mineração junto à comunidade atingida. É um movimento que dá legitimidade à luta pelos direitos e vem participando das reuniões de *Comissões dos Atingidos* dando suporte e orientações, promovendo debates e passeatas, mobilizando a população e pressionando o Estado por ações específicas nesta temática. De acordo com este autor, alguns aspectos que o MAB vem discutindo desde sua organização são:

[...] formas para consolidar uma definição legal e justa do conceito de atingido; institucionalizar seus direitos e criar um órgão público responsável pela política de indenizações e reassentamentos (BENINCÁ, 2011, p. 278).

O Movimento dos Atingidos por Barragens também vem propiciando que o termo “atingido” seja ampliado e ganhe adesão das pessoas possibilitando que o mesmo fosse avançando no reconhecimento dos direitos e fortalecimento em prol da cidadania.

Com relação ao conceito de “atingido” o MAB incluía “todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das usinas hidrelétricas, independentemente de ser atingidos diretos ou indiretos” (BENINCÁ, 2011, p.120). O conceito foi ampliando, passando a considerar atingido direto não só quem é afetado com as obras das barragens, mas também toda população que é onerada com pesadas tarifas da energia elétrica. Para o MAB o termo atingido é um conceito em constante disputa e que os critérios de inclusão a esta categoria deveriam ser elaborados pelos próprios atingidos, que teriam condições de analisarem todas as possibilidades de enquadramento para garantir os direitos dos mesmos. A Fundação Renova vai criando confusões vão surgindo ao longo destes anos com as formas de “reparações” para as pessoas atingidas.

Os atingidos não construíram os critérios e não tem clareza sobre eles. Alguns critérios adotados, inclusive, não correspondem à realidade das famílias. Há muitas dúvidas de por que algumas famílias receberam cartão e outras não, porque algumas famílias receberam R\$20 mil e outras R\$ 10 mil. Em toda a bacia do Rio doce há muitas famílias que ainda não receberam nada. (JORNAL A SIRENE, Agosto/2016, p. 9)

Nas palavras de Benincá (2011), no Brasil não há uma legislação específica que proteja os direitos das pessoas atingidas por barragens. Não há nada que garanta seus direitos perante as empresas do setor elétrico, perante a sociedade.

Com o rompimento da barragem de Fundão este termo, ganha uma nova nomenclatura, onde a empresa de mineração não reconhece os direitos das pessoas, conforme relata um morador de Bento Rodrigues.

Eu tinha uma chácara bem desenvolvida em Bento Rodrigues e, além de me alimentar com aquilo que eu produzia lá, também vendia uma boa parte dessa produção em Bento e na cidade. Sou conhecido em Mariana por ter trabalhado quase 30 anos na Samarco e por ser aquele que sempre andava com um caderninho de anotações no bolso para não esquecer das encomendas e dos débitos dos fregueses. Além da propriedade, também tinha minhas criações e, para cuidar de tudo isso, eu ficava no Bento muito mais do que apenas nos finais de semana. Mas a empresa, com toda sua capacidade técnica, conseguiu construir um argumento a seu favor que retira os meus direitos e os de outros atingidos, ao criar uma categoria chamada “morador de final de semana” ou “dupla moradia”. Essa é uma classificação inexistente na realidade das comunidades atingidas, como muitas outras que ela criou. Nós fomos colocados assim, mas não nos reconhecemos dessa forma. Estamos lutando para reaver o que é nosso de direito. O fato de ter outra residência não diminui a minha tristeza por ter perdido o meu lugar em Bento Rodrigues. Eu tinha me aposentado e desligado da Samarco há um ano e planejava passar o resto da minha vida ali. (Marquinhos Muniz – morador de Bento Rodrigues e representante do grupo de atingidos classificados com dupla moradia (JORNAL A SIRENE, Julho/2017, p.04)

Assim, estas pessoas que tinham “dupla moradia”, ou eram “morador de final de semana” lutam para terem seus direitos reconhecidos e não pela inserção na categoria de “atingidos”.

Ser atingido é não ter nada, ser expulso das nossas casas e hoje está vivendo de aluguel e com a incerteza se você vai acordar no outro dia e vai ter um teto pra morar. É ficar sendo julgado nas ruas pelas pessoas que a gente está tirando proveito da situação e que a gente não está enxergando (JORNAL A SIRENE, novembro/2017, p.17).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014) reafirma o avanço nesta temática quando do Decreto-lei nº. 7.342, 26/10/2010 que instituiu o cadastro socioeconômico que identifica, qualifica e registra o público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. O art. 2º contempla os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

- I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;
- II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
- III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;

VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e

VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste Decreto, o polígono do empreendimento abrange áreas sujeitas à desapropriação ou negociação direta entre proprietário ou possuidor e empreendedor, incluindo as áreas reservadas ao canteiro de obras, ao enchimento do reservatório e à respectiva área de preservação permanente, às vias de acesso e às demais obras acessórias do empreendimento. Observa-se que com a inundação de florestas há deslocamento de vários povos.

Com a criação do cadastro sócio econômico, houve um avanço na ampliação deste conceito das pessoas atingidas por barragens, mas ele inclui apenas as barragens que forem construídas após a sua aprovação. Assim, ainda há um longo caminho a ser conquistado através do tencionamento pelas comunidades atingidas até que se tenha uma política pública que assegure totalmente os direitos destas pessoas.

Além do MAB o *Jornal A Sirene*, é um instrumento de comunicação que viabiliza e possibilita às pessoas atingidas a serem protagonistas da sua história. Teve seu primeiro exemplar lançado em fevereiro de 2016 e é um jornal feito pelos atingidos. Para os atingidos. Para não esquecer. Tem como objetivo dar voz aos atingidos desde o rompimento da barragem de Fundão no dia 5 de novembro de 2015. Este dia foi escolhido para mensalmente disponibilizar a nova edição como uma forma de demonstrar à comunidade e a sociedade que esta população se faz presente na cidade de Mariana e que a sua história não pode ser esquecida.

As comunidades atingidas tem a oportunidade de expor a realidade enfrentada, as dificuldades, anseios, direitos requeridos e também é veículo de denúncias frente aos acordos que são firmados e não foram cumpridos. As lutas e tencionamentos que a comunidade vem enfrentando são retratadas neste jornal como forma de manter a comunidade unida e com um objetivo de terem seus direitos reconhecidos e os danos ressarcidos.

Assim, neste embate de lutas e tencionamento, no próximo capítulo abordaremos a Saúde Pública como avanços em prol da cidadania e da democracia.

CAPÍTULO III – A ASSISTÊNCIA DA SAÚDE PÚBLICA AOS ATINGIDOS E OS DESDOBRAMENTOS DESDE O DIA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Considerando a importância das lutas dos movimentos sociais, das mobilizações coletivas em torno das demandas da saúde que possibilitaram avanços históricos a partir da Constituição Federal de 1988, que modificou a Saúde Pública na base da assistência transformando-a em saúde pública pautada na universalização dos direitos com a criação do SUS.

3.1 Alguns aspectos históricos das conquistas na Saúde Pública no Brasil,

O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 designa que “a saúde é direito de todos e dever do Estado garantido mediante as políticas sociais e econômicas visando à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A saúde não era um direito universal era destinada a alguns privilegiados e ao restante do contingente populacional era baseado na filantropia e no assistencialismo pautado em um modelo sanitarista. A necessidade de se “pensar” em saúde foi objetivada a partir do capital que necessitava de um trabalhador saudável para o cumprimento de suas funções sem pôr em risco a rentabilidade capitalista.

Esta necessidade do capitalista estava destinada aos trabalhadores formais e não alcançava os trabalhadores informais, que só na década de 90 é que foram incluídos em uma saúde pública universal. A Reforma Sanitarista de Osvaldo Cruz, com as medidas de profilaxia contra a doença da Febre Amarela é a primeira iniciativa voltada para a saúde pública, que obrigava as pessoas a vacinarem, coerção que culminou com a revolta da vacina.

Com a entrada no neoliberalismo no Brasil, na década de 90, Behring e Boschetti (2011) relata que:

[...] houve o desmonte (Lesbaupin, 1999) e a destruição (Tavares, 1999), numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital. [...] as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as

políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.155).

No século XX ocorreram avanços significativos para a saúde pública como a criação do Departamento Nacional de Saúde, a criação da Lei Eloy Chaves (1923) com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS) somente para os empregados formais de ferroviários. Foi planejada e articulada como um seguro para com o mundo do trabalho tendo esta profissão como essencial para o capital que trabalhavam nos portos na exportação.

Esta condição sofre mudanças na *Era Vargas*, a partir de 1930 quando movimentos sociais entram em cena reivindicando melhores condições de vida. Período em que a saúde avançou na expansão dos beneficiários que se expande a todas as pessoas que trabalhavam no mercado formal com a criação dos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensão). Neste período tem-se não só avanço positivo mas também negativo com o mecanismo de controle aos trabalhadores em uma política compensatória voltada para os trabalhadores formais garantindo saúde por meio do pagamento de impostos.

Na I Conferência Nacional da Saúde em 1942 o debate sobre a saúde pública no Brasil é ampliando tendo em vista que, o acesso à saúde do trabalhador formal era de caráter voltado à economia e não à condição do povo. Aos pobres, aos trabalhadores informais era reservado por meio da filantropia. Na III Conferência Nacional da Saúde, em 1963 acontece a municipalização do serviço e em 1964 houve a modificação e unificação dos IAPS que se transformam em INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) mudando assim o modelo médico assistencialista.

Este trajeto histórico da saúde pública no Brasil, culmina com início de um marco importante para o avanço na cidadania e democracia com a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) no ano de 1979 designando a saúde universal e coletiva voltada para a atenção primária.

A implantação do SUS pode ser considerada uma das reformas sociais mais significativas realizadas no Brasil. É importante destacar que não era apenas uma mudança no modelo, mas a incorporação de um conceito de Saúde ampliado, mais do que apenas ser considerado ausência de doença: a política de Saúde no Brasil passa a adotar o modelo biopsicossocial da Saúde. (SANTANA-ROSA, 2016, p.91)

Assim a saúde passa a ser centrada no direito mediante criação do Sistema Único de Saúde – SUS através da Lei 8.080/90 que regulamenta e dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Nesta Lei são designados os princípios e Diretrizes no art. 7º:

- I – Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II – Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- III – preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- IV – igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- V – direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- VI – divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- VII – utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- VIII – participação da comunidade;
- IX – descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera do governo
 - a) Ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;
 - b) Regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;
- X – integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;
- XI – conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;
- XII- capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e
- XIII – organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

Behring e Boschetti (2011) fazendo uma crítica à saúde pública no Brasil ao longo destes anos retrata a realidade que a população vem enfrentando:

A saúde pública padece da falta de recursos, o que se evidencia nas longas filas, na demora pra prestação dos atendimentos, na falta de medicamentos, e na redução de leitos. Há uma forte tendência de restringir a saúde pública universal em um pacote de “cesta básica” para a população pobre (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, P. 161)

Na saúde, o principal paradoxo é que o Sistema Único de Saúde, fundado nos princípios de universalidade, equidade, integralidade das ações, regionalização, hierarquização, descentralização, participação dos cidadãos e complementaridade do setor privado, vem sendo minado pela péssima qualidade dos serviços, pela falta de recursos, pela ampliação dos esquemas privados que sugam os recursos públicos e pela instabilidade no financiamento (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 164)

Ainda segundo as autoras (2011) “a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformado as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias”.(BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 156). O objetivo de “privatizar os programas da previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais”

(MOTA, 1995, apud. BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 122) tem sido efetivado pelo Estado que cumpre as determinações centrais.

Entretanto este projeto ideológico tem o intuito real de reduzir ao mínimo o sistema público e fortalecer o sistema privado justificado pela crise fiscal. A necessidade de reduzir custos é encabeçada pela mídia para legitimar e facilitar a criação de falso senso comum na população de que a saúde pública é ruim, precária, que não vai melhorar. Colocam em dúvida a sustentabilidade e deslegitima o sistema público e legitima o privado. Esta ideologia tem sido trabalhada e reforça o trinômio do neoliberalismo: focalização, terceirização e privatização.

Recursos da seguridade social são apropriados anualmente pelo Governo Federal por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU) com vistas à composição do superávit primário e pagamento de juros da dívida. [...] no período de 2002 a 2004, foram desviados do Orçamento da Seguridade Social R\$ 45,2 bilhões que deveriam ser utilizados para as políticas de previdência, saúde e assistência social e poderiam ampliar os direitos relativos a essas políticas sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 166)

A opinião pública tem sido influenciada por uma visão negativa da saúde pública que dia a dia retrata o caos na saúde. Desmistificar este panorama que foi construído não é uma tarefa fácil em função do “bombardeio” de informações e opiniões distorcidas que são cotidianamente veiculadas pela mídia como verdades incontestáveis na formação de um pensamento único. Há um convencimento de uma nova ordem em que a saúde privada é mais atrativa para o mercado.

É neste contexto que a Política Nacional de Atenção Básica surge em 1994 como a primeira porta de acesso para os (as) cidadãos (ãs).

A Política Nacional de Atenção Básica (2017) é orientada pelos princípios de universalidade, acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade, da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) objetiva a reorganização da atenção básica de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde. Integram a ESF uma equipe multiprofissional composta por 01 médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade; 01 enfermeiro preferencialmente especialista em Saúde da Família; 01 auxiliar ou técnico de enfermagem; e agente comunitário de saúde (ACS). Dentro desta equipe poderão fazer parte também o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal.

Estes profissionais estando mais próximos dos pacientes têm a condição de avaliar os determinantes para a saúde e também da doença a partir do acompanhamento de suas necessidades.

O Programa de Agentes Comunitários implantado pelo Ministério da Saúde profissionalizou os ACS (Agentes Comunitários de Saúde) com o objetivo de melhorar as condições de saúde da população através da atuação dentro da própria comunidade orientando e identificando os possíveis agravos à saúde. O mapeamento do território contribui nas ações a serem desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida da população e a facilidade de acesso às famílias por ser da comunidade e pelo vínculo pré-estabelecido. (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, 2017)

A ESF deve ser responsável por, no máximo, 3.500 pessoas. E de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica, no art. 2º:

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, 2017)

A Atenção Primária, não só oferece consultas clínicas, mas os serviços de saúde devem estar voltados aos determinantes que agravam a condição física e mental das pessoas.

Para que a atenção primária otimize a saúde, ela deve focar a saúde das pessoas na constelação dos outros determinantes de saúde, ou seja, no meio social e físico no qual as pessoas vivem e trabalham, em vez de focar apenas sua enfermidade individual (STARFIELD, 2002, p.27)

Starfeld (2002), analisa que a Atenção Primária é de fundamental importância para os demais níveis do sistema de saúde.

A atenção primária é aquele nível de um sistema de serviço de saúde que oferece a entrada no sistema para todas as novas necessidades e problemas, fornece atenção sobre a pessoa (não direcionada para a enfermidade) no decorrer do tempo, fornece atenção para todas as condições (...) Assim é definida como um conjunto de funções que, combinadas, são exclusivas da atenção primária. (...) A atenção primária é uma abordagem que forma a base e determina o trabalho de todos os outros níveis dos sistemas de saúde. A atenção primária aborda os problemas mais comuns na comunidade, oferecendo serviços de prevenção, cura, e reabilitação para maximizar a saúde e o bem-estar. (STARFIELD, 2002, p.28)

Assim, no município de Mariana a Secretaria da Saúde conta com uma Rede de serviços para atendimento aos moradores através dos serviços de Unidade Básica distribuídos

por região na programa Estratégia Saúde da Família (ESF) de Passagem de Mariana,ESF de Vargem (Vargem, Pombal e Mainart), ESF Santa Rita Durão (Santa Rita Durão, Bento Rodrigues e Camargos); ESF de Águas Claras (Águas Claras, Claudio Manoel, Campinas, Paracatu e Pedras); ESF Monsenhor Horta (Monsenhor Horta, Bandeirantes e Padre Viegas); ESF Cachoeira do Brumado (Cachoeira do Brumado, Magalhães, Engenho Queimado, Barro Branco e Barroca);ESF Furquim (Furquim, Vila Santa Efigênia, Crasto, Cuiabá, Goiabeiras, Paraíso, Margarida e Constantino); ESF Cabanas I, II, III (Santa Rita de Cássia, Vale Verde e Cabanas); ESF Santo Antônio, ESF Centro I (Fonte da Saudade e Barro Preto) e ESF Rosário.

Nos tópicos a seguir, conforme já abordado na introdução deste trabalho, serão apresentadas as ações e assistência da ESF Santa Rita Durão aos moradores do distrito de Bento Rodrigues, realizadas por mim juntamente com os demais profissionais, antes e após o rompimento da barragem de Fundão.

3.2. Unidade Básica de Saúde “Dercira da Conceição Silva” Antes do rompimento da Barragem de Fundão

O subdistrito de Bento Rodrigues, vinculado ao ESF Santa Rita Durão, tinha aproximadamente 600 habitantes. No centro do subdistrito próximo à Escola Municipal de Bento Rodrigues havia a Unidade de Saúde, a Policlínica Dercira da Conceição Silva, construída em outubro de 2008, para atender à população.

Contava com uma equipe de profissionais, vinculada à Prefeitura de Mariana, que atendia dois dias na semana (um Médico, uma Enfermeira, uma Técnica de Enfermagem, uma Nutricionista e um Fisioterapeuta); diariamente dois Agente Comunitário de Saúde (ACS)¹¹, uma Dentista e uma Auxiliar de Dentista e quinzenalmente (uma Psicóloga e um Psiquiatra).

¹¹ “[...] o então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 80 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo) em buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. Era uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades. Hoje, a profissão de agente comunitário de saúde (ACS) é uma das mais estudadas pelas universidades de todo o País. Isso pelo fato de os ACS transitarem por ambos os espaços – governo e comunidade – e intermediarem essa interlocução. O que não é tarefa fácil. O agente comunitário de saúde tem um papel muito importante no acolhimento, pois é membro da equipe que faz parte da comunidade, o que permite a criação de vínculos mais facilmente, propiciando o contato direto com a equipe.” (Portal da Saúde).

As salas eram equipadas para atendimento ao público com consultório odontológico, sala de fisioterapia, sala de curativo, sala para medicação e vacina, consultório médico, sala de enfermagem. Eram realizados grupos e ações de promoção à saúde como:

- Consulta médica (nas terças e quintas-feiras);
- Orientação nos Grupos de Hiperdia (Hipertensão e Diabetes) todas às terças-feiras no período da tarde,
- Gestantes (atividade em grupo 01 vez por mês),
- Puericultura (uma dia na semana),
- Grupo Nutricional (atividade em grupo 01 vez por mês),
- Planejamento Familiar (atividade em grupo 01 vez por mês)
- Exame citopatológico (01 dia da semana)
- Vacinação (01 dia da semana).

Havia uma aceitação e participação ativa da comunidade em todas estas ações de prevenção e promoção à saúde.

Deste local somente restaram as paredes e a placa de inauguração, tudo foi levado pela lama. Assim em decorrência do desastre, o atendimento às famílias foram transferidos à cidade de Mariana, inicialmente, de maneira itinerante.

3.3. Ações em Saúde da ESF Santa Rita Durão no dia do rompimento da Barragem de Fundão – 05/11/2015

A equipe de Saúde atendeu neste distrito, pela manhã e posteriormente à tarde foi atender no subdistrito de Camargos.

Aproximadamente às 16:30hs, do dia 05/11/2015, a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) do distrito de Santa Rita Durão (a Enfermeira e duas Técnicas de Enfermagem) juntamente com a Enfermeira do distrito de Furquim, ao sermos informadas, do rompimento da barragem de Fundão, por contato telefônico feito pelo ACS do subdistrito de Bento Rodrigues, deslocamos a este distrito para atendimento imediato às vítimas.

No trajeto até o distrito estávamos bastante angustiadas e apreensivas pois desejávamos saber informações dos moradores se conseguiram se salvar e também devido à

falta de informação para a nossa segurança se conseguiríamos chegar ao destino pois a estrada estava muito movimentada e se tínhamos acesso.

Os moradores do distrito de Santa Rita Durão e Bento Rodrigues por serem locais de proximidade, tanto um quanto o outro, havia parentes e amigos que residiam nestes locais. Devido a esta proximidade, quando chegamos ao ESF havia uma quantidade expressiva de parentes e amigos que desesperados procuravam informações, estavam com medo, angustiados e desesperados também por não terem informações se a lama também chegaria ao Santa Rita Durão. Esta também era uma das nossas preocupações. Imediatamente montamos as salas com equipamentos e insumos necessários de urgência e primeiros-socorros.

As primeiras pessoas que conseguiram se salvar ao subir para o ônibus de Santa Rita Durão (que estava passando na hora do rompimento da barragem) ou por carros que estavam em Bento Rodrigues e que foram usados para resgatar levaram-nas para o ESF e receberam o primeiro atendimento pela equipe de saúde. Receberam suporte psicológico, médico, fizemos curativos e administramos medicamentos. Ao anoitecer as buscas foram suspensas em decorrência da falta de energia no local. Permanecemos à noite em alerta devido às informações que foram chegando que alguns moradores de Bento Rodrigues haviam conseguido escapar pelo mato e que chegariam a Santa Rita Durão.

Ao amanhecer recomeçaram as buscas. Fomos até Bento Rodrigues, até onde dava para chegar e encontramos pessoas que conseguiram se salvar. Foi angustiante ver aquela enxurrada de lama descendo e não conseguindo identificar onde estava a escola, a unidade de saúde, a rua principal. Tudo era lama. Quanta tristeza e sofrimento. Só conseguia pensar: onde estão? Quem conseguiu se salvar? Lembrei então de que quando fui transferida para trabalhar em Bento Rodrigues me falaram que se a barragem estourasse iria acabar com o Bento. E assim aconteceu.

Foram chegando novos profissionais para revezarem conosco tamanho era o nosso desgaste físico e principalmente emocional. Fomos então para a Arena Mariana (Ginásio Poliesportivo na sede do município) juntamente com as vítimas para um primeiro atendimento médico, alimentação, banho, troca do vestuário, e os mais graves foram transferidos para a cidade de Belo Horizonte assim, que foram resgatados.

No ginásio fomos vendo rostos conhecidos, lágrimas e abraços, tristeza e alegria. Ninguém sabia ao certo onde e quem havia se salvado. As pessoas e famílias foram identificadas e sob ordem do Ministério Público, à empresa mineradora, foi exigido a realocação das pessoas atingidas, para os hotéis da cidade, pois o ginásio estava inviável para tantas pessoas e as doações que chegavam a todo o momento.

3.4. A Continuidade no Atendimento pela Estratégia Saúde da Família - ESF

A Coordenação da Atenção Primária na elaboração de um plano de atendimento à população atingida, solicitou que a equipe do Programa Saúde da Família (PSF) do Distrito de Santa Rita Durão continuasse o atendimento às pessoas atingidas de Bento Rodrigues uma vez que conhecíamos as pessoas atingidas, bem como havia um vínculo com a população. No dia 07 de novembro, a Empresa, disponibilizou dois médicos à equipe da saúde para prestar assistência médica como suporte para atendimento nos hotéis, e entrega de medicamentos¹² padronizados do Sistema Único de Saúde (SUS).

O atendimento iniciou às 7:00hs e foi encerrado às 22:00 horas, assistindo aos necessitados alocados nos hotéis: Hotel Brasil Real (02 famílias), Hotel Providência (32 famílias), Avenida Palace Hotel (08 famílias), Pousada Serrinha (06 famílias), Pousada Dois Sinos (04 famílias), Pousada Getsêmani (09 famílias), Galeria 12 (03 famílias), Pousada Azul (03 famílias), Minas Hotel (12 famílias), Pousada Garamano (01 família) Pousada do Chafariz (08 famílias), Pousada Rainha dos Anjos (04 famílias), Hotel Faísca (8 famílias), Hotel Águas Claras (08 famílias), Pousada Gerais (12 famílias) e Hotel Central (02 famílias) . As queixas e necessidades trazidas aos profissionais de saúde, a empresa atendia: consulta oftalmológica, compra de óculos, meias de compressão, remédios não padronizados pelo SUS, exames e consultas especializadas.

Foi montando pela Secretaria de Saúde do Estado o Protocolo Assistencial para abordagem ambulatorial e orientações sobre as ações de vigilância às vítimas do desastre ambiental decorrente do rompimento, concomitante a este foi acionado também o plano de crise do Hospital João XXIII, a interação entre os serviços de SAMU (na coordenação local), Hospital Monsenhor Horta e a Unidade de Pronto Atendimento para receberem os casos. As

¹²“A Política Nacional de Medicamentos regulamentada pela Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, primeiro documento norteador para a Assistência Farmacêutica e política de medicamentos publicado pós-criação do Sistema Único de Saúde (SUS), estabeleceu entre suas diretrizes e prioridades a adoção e a revisão permanente da Renam, considerando-a como ferramenta imprescindível para a promoção do uso racional de medicamentos. A Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), publicada pela Resolução nº 338 do Conselho Nacional de Saúde em 6 de maio de 2004, em consonância com as deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde e da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica, amplia conceitualmente o escopo de sua atuação para ações de promoção, proteção e recuperação da saúde desenvolvidas no SUS, tendo o medicamento como insumo essencial que deverá ter acesso assegurado com uso racional”. (RENAME 2014 / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 9. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015)

ações foram desempenhadas pela ESF conforme iam aparecendo as demandas. Diariamente saíamos carregando caixas de medicamentos, caixa com material para realização de curativos.

Também foi implantado, pela Secretaria Municipal de Saúde, o Comitê Operativo de Emergência para Intervenção no Desastre Ambiental Decorrente do Rompimento das Barragens de Rejeito da Mineradora Samarco, contendo recomendações para a assistência à saúde para acompanhamento das pessoas que tiveram contato com a lama com retorno semanal à unidade para avaliação clínica e laboratorial, verificando sinais, sintomas e/ou alterações de hemograma e dosagem de ferro sérico e doenças infecciosas.

Durante os dias seguintes, não tínhamos um local fixo para atendimento às pessoas atingidas, assim nos deslocávamos com um carro disponibilizado pela empresa mineradora para os hotéis diariamente e também um médico. Havia um planejamento dos locais que deveríamos ir à medida que as demandas iam aparecendo, e também as pessoas que recebiam alta hospitalar éramos comunicadas para prestar assistência.

As pessoas estavam desgastadas emocionalmente devido ao momento drástico que viviam e também devido ao grande número de profissionais voluntários e jornalistas que a todo o momento queriam entrevistá-las e eram obrigadas a responderem inúmeras vezes sobre o ocorrido, tendo assim mais um direito violado: o direito à privacidade.

O ESF, na promoção, proteção e prevenção da saúde identificava os casos de maior vulnerabilidade, os transtornos pós-traumáticos, oferecia acolhimento humanizado, os pacientes em tratamento de medicamentos controlados providenciava receita e/ou medicação para redução dos riscos à saúde.

No dia 14 de dezembro de 2015, a Coordenação da Atenção Primária reservou na Previne, Rua Wenceslau Braz, nº 610, no primeiro andar, local de referência para que as pessoas atingidas que residiam nos subdistritos, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que estavam alocadas nos hotéis, em casas de parentes ou em casas alugadas pela empresa que necessitassem de atendimento fossem avaliadas pelo médico de plantão da Prefeitura de Mariana. Local este compartilhado com o setor da Epidemiologia.

Foi um período tenso, sobrecarga de serviço sendo necessário que os profissionais de saúde utilizassem uma abordagem com sutileza, buscando identificar possíveis “transtornos” que as pessoas poderiam ter como distúrbio do sono, da alimentação, irritabilidade, choro, depressão, uma vez que havia dificuldade de assimilar tantas emoções, sentimentos e sofrimento.

Os subdistritos de Paracatu de Baixo e de Bento Rodrigues passaram a fazer parte de uma Unidade Básica de Saúde - UBS para as pessoas atingidas pela barragem de Fundão, devido à peculiaridade do momento e da situação local.

Subdistritos com características e modo de sociabilidades diferenciadas que se unem em decorrência da perda das Unidades de Saúde. A esta UBS de Bento Rodrigues e Paracatu, foi vinculada uma ACS que pertencia ao subdistrito de Paracatu de Baixo por conhecer os moradores que residiam nesta região no ano de 2015, evitando assim que pessoas que já tinham uma residência fixa e moravam na cidade de Mariana continuem sendo referenciadas pela UBS onde estão cadastrados no SUS de seu bairro.

Em Dezembro iniciou o levantamento e cadastro das pessoas hospedadas nos hotéis e também nas residências de familiares onde as pessoas atingidas foram morar com parentes nos seguintes bairros: Rosário (01 família), São Cristóvão (01 família), Inconfidentes (01 família), Morro Santana (01 família), Jardim Santana (01 família), São Gonçalo (02 família), Cabanas (03 famílias), Colina (01 família), Antônio Pereira, em Ouro Preto (01 família) e Distrito de Bandeirantes (01 família).

Ainda, neste mês foi iniciado, pela equipe de saúde a confecção da segunda via do Cartão Vacinal de todas as crianças menores de 05 anos e dos adolescentes que haviam perdido seus cartões, dando prioridade à faixa etária menor de 01 ano. Foram confeccionados 98 cartões de vacinas e também abertura de novos prontuários dos usuários do SUS.

A empresa, responsável pelas ações da mineração em Bento Rodrigues e região, após o período emergencial, terceirizou o serviço através das empresas PRESTAR contratando profissionais da Fisioterapia, Odontologia e da Nutrição, já a SMS contratou Psicólogo, Psiquiatra, Terapeuta Ocupacional, Médico, e Assistente Social por um período de 01 ano, para atuarem na promoção à saúde das pessoas atingidas, uma vez que a demanda em saúde aumentou, e a ESF não conseguiria dar o suporte necessário às pessoas. Após o período de 01 ano, em 2017 os profissionais tiveram salário reduzido com a troca da empresa terceirizada e ficaram por um período de quase um mês sem vínculo empregatício. Também houve a contratação de profissionais pela empresa terceirizada para atuarem nos outros equipamentos da cidade como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Pronto Atendimento pois tiveram sua rotina mudada em decorrência deste crime.

Nos meses subsequentes houve mudanças na organização do serviço tendo que se adequar à nova realidade imposta à sobrecarga dos serviços. Antes do rompimento da barragem de Fundão o atendimento principal acontecia dentro da unidade de saúde, e quando

necessário no domicílio. Após o rompimento era fundamental uma aproximação maior com a comunidade assim realiza-se visitas domiciliares diariamente na identificação de possíveis demandas e dos transtornos mentais que afloraram pós-rompimento de barragem com aumento considerável dos casos; conflitos familiares decorrentes do cartão; e também o agravo à saúde das pessoas que tinham dependência ao álcool, por terem o acesso e a condições financeiras que favorece a aquisição destes, aumentou o consumo, colocaram a vida em risco e prejudicaram a sua saúde.

Em novembro/2016 foi realizada busca ativa das pessoas no domicílio, que tiveram contato com a lama, por aspiração ou por contato cutâneo para nova avaliação médica e laboratorial na identificação possíveis mudanças e/ou alterações no organismo e doenças epidemiológicas.

Em 18 de Março de 2017 a empresa mineradora, através da Fundação Renova entregou oficialmente aos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo a Unidade Básica de Saúde, para atendimento básico em saúde.

Passados dois anos do rompimento da barragem de Fundão, os profissionais de saúde que prestam assistência, com vínculo empregatício na Prefeitura de Mariana, são uma Enfermeira, uma Técnica de Enfermagem, dois ACS (de Bento Rodrigues) uma ACS (de Paracatu de Baixo), um Atendente, uma Nutricionista e um Pediatra.

Hoje a empresa terceirizada é a CONTEXTO e os profissionais contratados são um Médico, uma Psicóloga, uma Terapeuta Ocupacional, um Psiquiatra, uma dentista e uma fisioterapeuta; e também conta com a Equipe CONVIVER (profissionais que visitam as famílias nas casas alugadas pela Fundação Renova, desde janeiro de 2016).

A Prefeitura Municipal de Mariana terceiriza ações no âmbito atenção psicossocial através da equipe CONVIVER (mantida pela Fundação), bem como a manutenção de outros profissionais para este atendimento.

Os atendimentos da Equipe CONVIVER são ofertados no território de Mariana em escolas, igrejas, quadras, Associações de Bairro, em espaços culturais e na Unidade Básica de Saúde, realizando atividades de: artesanato, da horta comunitária, escuta individualizada, intervenções coletivas para “inserção social” e diminuição do “tempo ocioso”.

A interação entre a ESF e a equipe multiprofissional, e demais equipamentos de atendimento sócio assistencial do município de Mariana, desde o rompimento houve uma comunicação entre estes setores com o objetivo de traçar ações e estratégias para “minimizar” os impactos e “compensar” as perdas das pessoas atingidas.

A discussão sobre a saúde mental tem sido a maior preocupação da ESF, da Equipe Conviver, CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e demais equipamentos públicos. Dentro deste enfoque Neves (2018) elaborou a pesquisa PRISMMA (Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana), através de um questionário realizado nos dias 15, 16, 17 de novembro de 2017 (data em que as pessoas estavam emocionalmente abaladas por completar dois anos pós-desastre) e demonstra que as pessoas atingidas estão adoecendo em decorrência deste episódio. Nesta pesquisa foi apresentada a prevalência de depressão, de transtorno de ansiedade generalizada (TAG), de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), de transtorno por uso de substâncias (TUS) e de suicídio (NEVES, 2017, p.73).

Assim é grande o desafio da ESF em identificar precocemente quem são estas pessoas e elaborar Projetos Terapêuticos. Fernandes (2016), relata que a abordagem do tema da saúde no contexto do rompimento da barragem “é complexo e envolve muitas dimensões, desde análise químicas da lama e do ar, exames das dores físicas, mas também das dores sociais como a perda habitação, o rompimento de relações, o sentimento de desespero, do medo e tristeza”. (FERNANDES, 2016, p.2)

Segundo o Instituto Saúde e Sustentabilidade (2017, p.21) há uma contradição entre as informações cedidas pela empresa ao afirmar que os metais encontrados na lama “estão dentro dos valores aceitáveis”, visto que, em outras pesquisas realizadas novos laudos contradizem esta afirmativa ao considerar “tóxica e prejudicial à saúde humana”.

Há também os elementos que são naturalmente tóxicos como o Arsênio, Chumbo, Cádmi e Mercúrio que, mesmo em baixas doses, podem estar associados a diversos efeitos adversos no organismo humano. Podem tanto causar danos imediatos à saúde, assim como consequências a médio e a longo prazos. Alguns metais pesados encontrados na água causam danos irreparáveis à saúde do homem, se o consumo e/ou contato forem contínuos. (GREENPEACE,2017, p.24)

As pessoas atingidas de Bento Rodrigues, por não ficarem muito tempo expostas à lama, não apresentaram sintomas alérgicos. Como não há um laudo dos produtos tóxicos presente na lama a ESF, como forma de prevenção e promoção tem orientado aos moradores.

Esta é também é uma das preocupações que a ESF tem, tendo em vista que as pessoas atingidas continuam frequentando, consumindo água e alimentos, respirando a poeira de Bento Rodrigues. Quais serão as consequências na saúde destas pessoas ao longo dos anos? Que distúrbios poderão apresentar pois a quantidade de metais no organismo pode desenvolver problemas neurológicos e/ou cancerígenos, segundo relatório do Greenpeace. Estas indagações estão sempre presentes na equipe multiprofissional.

O capítulo que se segue, tem por base a pesquisa de campo com o propósito de revelar as particularidades da realidade em torno do rompimento de barragem e seu desdobramento da vida das pessoas atingidas a partir de suas vivências.

CAPÍTULO IV – PESQUISA DE CAMPO - A VOZ DOS ATINGIDOS (TRABALHADORES E MORADORES)

Neste tópico procura-se elucidar a “desterritorialização” das pessoas atingidas pelo rompimento de barragem de fundão, neste sentido, este debate precisa ser ampliado para além do espaço geográfico.

Milanez (2016) conceitua território “enquanto fruto e processos relacional de apropriação social do espaço, sempre em movimento” (MILANEZ, 2016, p.269). Assim, cada comunidade, e em específico a de Bento Rodrigues, construíram seu território a partir das “relações existenciais e/ou produtivas vivenciadas pelos sujeitos sociais constituem a multidimensionalidade do vivido territorial e caracterizam as marcas da apropriação do espaço que se efetivam, ou seja, suas formas de territorialidade (RAFESTIN,1993 apud MILANEZ, 2016, p.269).

Neste mesmo pensamento Benincá (2011, p.264) descreve que os atingidos opõem-se às barragens como “o direito a territorialidade, ao lugar-símbolo onde sua vida e sua história estão enraizadas”. O território portanto “constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território” (Milanez, 2016, p.270).

O conceito e território é ampliado por Abreu (2015) para além do local escolhido para se viver, da regionalização.

O papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada que permite ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e futuro (ABREU, 2015,p 7).

E ainda, conforme a mesma autora:

As formas de apropriação dos territórios são balizadas por relações e mediações tão complexas como as inerentes ao capitalismo. O espaço, nesta dinâmica da produção social, ora é valorizado, ora descartado, podendo tornar-se obsoleto ou hiperutilizado conforme os fins do capital. (ABREU, 2015, p.15)

Conforme Abreu (2015), o território é indispensável para o capitalista na produção. Embora a terra não tenha valor em si, ela é fundamental para o capitalista quando apropria e insere na produção. (ABREU, 2015, p. 18)

O enfoque de território, para Abreu (2015) apenas no sentido da regionalização, focaliza e remete-o a uma dimensão simplista e fragmentada. É necessário pensar o território, do subdistrito de Bento Rodrigues, inserindo-o na Composição Orgânica do Capital (COC), no território que gera valor. Para o capital qual é o valor que está agregado neste território? A diminuição do tempo na produção, para o capital é lucro. E analisando o fator tempo para as pessoas atingidas, neste contexto de rompimento de barragem o tempo passa a ser diminuição das forças, da esperança e aumento do sofrimento.

E ainda SOUZA (2007) apud Benincá (2011) descreve que:

o lugar onde se habita é, por excelência, um local de trocas afetivas e representa uma necessidade humana fundamental que permite a socialização, a inviolabilidade do território e a sensação de segurança e liberdade que leva o indivíduo a se despojar das armaduras e hábitos sociais inerentes do espaço público. (SOUZA, 2007, p.65).

Segundo Zhouri (2018), “o elemento que importa para que o desastre seja um fator de mobilização é a forma como os sujeitos o vivenciam, o que envolve as dimensões da experiência, as interações e a forma como estas se refletem nas emoções” (ZHOURI, 2018, P. 77). E ainda “com o desastre que pode surgir, tanto um novo ativista quanto um processo coletivo organizado” (ZHOURI, 2018, p.77).

As narrativas abaixo são fruto de um convite e pré-agendamento sendo convidadas e informadas sobre o estudo acadêmico e informados sobre o termo de autorização de uso de sua fala para o presente trabalho, bem como também informados da não exposição de seus nomes ou qualquer outra forma de identificação. Após assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em anexo.

Nesta pesquisa de campo foi utilizada a metodologia do usuário-guia na produção do saber pela busca da compreensão da essência da realidade vivida pelas pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Não o olhar para o usuário, não o olhar pelo usuário, mas o olhar próprio dele, sua perspectiva, o ponto de vista ao qual ele pertence, permitindo-se percorrer seus caminhos, trajetórias (MOEBUS, MERHY e SILVA, 2016. p.1)

A metodologia do usuário-guia procura analisar a rede do cuidado da saúde mental fazendo com que o usuário seja o protagonista deste cuidado. Procuro nesta pesquisa utilizar esta metodologia, fazendo um recorte em não incluir as pessoas entrevistadas como portadoras de transtornos, mas utilizar a metodologia como um processo da produção do conhecimento a partir da modificação do seu cotidiano, do seu mundo proveniente do

rompimento da barragem. Assim Carvalho e Franco (2015) pensam que: “o protagonista da minha pesquisa é mergulhar no seu mundo, é tentar desenhar o mapa dos percursos percorridos (...) e identificar quais os sentidos produzidos nessa trajetória” (CARVALHO e FRANCO, 2015, p.868)

Carvalho e Franco (2015) partem do pressuposto de que “o cuidado se realiza com base em encontros que se estabelecem entre os trabalhadores e destes com os usuários, indo além das relações específicas do serviço de saúde, porque pode ganhar a própria comunidade. As relações do encontro são intercessoras (MERHY, 2002), ou seja, há um protagonismo mútuo, do trabalhador e do usuário, na produção do cuidado (MERHY, 2002, apud CARVALHO e FRANCO, 2015, p. 04).”

Esta metodologia foi utilizada pelo CAPs, como projeto piloto, no Estado do Rio de Janeiro, na rede de cuidado em saúde mental, em 2015, nos municípios de Angra dos Reis, Carmo, Niterói, Queimados, São Pedro D’Aldeia e Volta Redonda, identificando o caso a ser pesquisado como maior demanda pelo Centro de Atenção Psicossocial como forma da produção do conhecimento no acompanhamento do usuário e não na representação como um objeto.

“Assim, as pessoas devem ser cuidadas como sujeitos, na singularidade de sua vida, seus devires, sua história, seus anseios, conflitos e delírios, sem tentar enquadrá-las, organizá-las em uma estrutura rígida, burocrática, centrada apenas nos sintomas” (CARVALHO e FRANCO, 2015, p. 875)

Na cartografia, as pessoas podem demonstrar e entender as singularidades dela mesma, do território, das relações como expressão e de pertencer a um lugar, assim é possível acompanhar as mudanças na transformação do seu cotidiano.

“A cartografia revela nas relações as subjetividades que atravessam a produção desjarte. Traz o contraditório, o inesperado, os desvios, o criativo, os estranhamentos, e busca o alargamento do campo visual sobre os territórios existentes”. (CARVALHO e FRANCO, 2015, p. 877).

Carvalho e Franco (2015) analisam que na cartografia o pesquisador também é modificado quando da busca pela produção do conhecimento e assim modifica a si mesmo na produção do mundo.

Utilizando desta metodologia, primeiramente exponho o relato da profissional, funcionária da Prefeitura de Mariana, que antes do rompimento, já tinha um vínculo estabelecido com a comunidade, por estar trabalhando há 05 meses com esta comunidade, vínculo este de grande relevância para este momento.

A princípio quando a gente prestou atendimento a esta comunidade nós, juntamente com a equipe, a técnica de Enfermagem, alocados no PSF Santa Rita Durão e mais uma amiga, enfermeira em que solicitei ajuda, a gente foi para atender os atingidos, e na verdade, se saber o que a gente ia encontrar, como ia ser realizado este atendimento, enfim, foi uma surpresa pra todo mundo, foi uma surpresa muito grande para a Secretaria de Saúde. Mas assim, com boa vontade, com trabalho em equipe e muito bom senso, a gente acredita ter prestado um atendimento conforme a necessidade daquele público no momento. Então assim, quando eu digo, esta forma de atendimento eu percebi que todas nós estávamos muito apreensivas, e preocupadas com o que a gente ia encontrar e isto mexe muito com o psicológico da gente. (Entrevistado nº04–21/06/18)

Num primeiro momento, identificação da maior demanda apresentada após o rompimento da barragem apresentada pelos atingidos. E em seguida, relata que também os profissionais, da equipe ESF também estavam abalados:

a gente percebeu que o gritante disso foi o aspecto emocional, o aspecto em termos de saúde mental, e lidar com isto a gente muitas vezes lida com os próprios limites da gente, mas acredito que todas nós ficamos muito satisfeitas em ter atendido, desde o início, a este público. (Entrevistado nº 04 – 21/06/18)

[...] eu percebi que o nosso emocional estava bem abalado em ver as pessoas que a gente gosta tanto estando naquela situação, assim de pós-tragédia. Mexeu muito com o emocional da gente. Em seguida a gente começou a prestar atendimento a esta população, eu lembro assim, a gente não tinha, nós a equipe e eu, a Técnica de Enfermagem e principalmente depois as ACS ele veio a esta equipe e recompôs esta equipe e que a gente foi trabalhando sem pensar no nosso emocional, a gente foi dando o melhor que a gente podia pra atender a esta comunidade.(Entrevistado nº04 – 21/06/18)

Tendo em vista que os efeitos desse crime ainda impactam sobre a vida dessas pessoas, reconhece o grande desafio que a ESF terá de enfrentar diante dos desdobramentos para alcançar os objetivos e melhor assistência a essas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Eu sou muito satisfeita por atender a eles, eu sempre aprendo alguma coisa nova com eles, com a equipe toda, a equipe de apoio também, e além de aprender a gente sabe que tem muitos desafios ainda a serem enfrentados, mas a gente tem força de vontade para vencer e hoje eu sinto que a população, Bento Rodrigues já tinha um vínculo maior comigo pelo fato de eu ter sido referência antes do rompimento da barragem deste público, desta população. A de Paracatu de Baixo, Pedras também que é deste público a gente tem construído este vínculo, mas eu percebo também que este já está amarrado e acredito que é um princípio do SUS que é manter este vínculo e a gente consiga atingir o melhor que a gente pode em Saúde Pública em princípios dos SUS e diretrizes do SUS. (Entrevistado nº03 – 21/06/18)

Como esta pesquisa nos aproxima da “voz” dos “usuários” atingidos, eles declaram o que pensam deste momento em suas vidas, na mudança da sociabilidade e também demonstrando o seu posicionamento quanto a este desastre.

Importante relatar que em nenhum momento os entrevistados mostraram preocupação ou mencionaram sobre valor de indenização e/ou relativo a bens materiais. Seguem os depoimentos relativos ao episódio e seus desdobramentos:

*[...] depois que aconteceu o acidente eu não considero acidente, foi um **crime** desta barragem de fundão e acabou.* (Entrevistado nº 1- 15/05/18 – grifo nosso)

*E a vida se foi, tudo que estava fazendo, planejando com muita esperança, com muito carinho, infelizmente foi pela **ganância da empresa**.* (Entrevistado nº 2 – 04/06/18 – grifo nosso)

*Voltar em Bento eu só consegui voltar só 20 dias depois do **crime** só com o pessoal da globo porque eles não deixavam a gente entrar, os moradores não deixavam entrar.* (Entrevistado nº 3 - 14/06/18 – grifo nosso)

Nas falas a seguir, é possível identificar que as pessoas passaram toda a sua vida no subdistrito de Bento Rodrigues, até o dia do rompimento da barragem de Fundão. O lugar tem um sentido de identidade que se perpetua por gerações mantendo o vínculo já estabelecido com este território. Para eles, o morar em Bento Rodrigues vai além de se ter uma casa é a relação com o ambiente, com a comunidade, é um enraizamento que não acabou e nem acabará devido ao forte vínculo com este espaço.

*Tenho 43 anos, nasci em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto. Segundo meus pais lá eu fui batizada e aos dois anos de idade eu e mais 3 irmãos, junto com meus pais, fomos para **morar** em Bento Rodrigues* (Entrevistado nº 2 - 04/06/18 – grifo nosso)

*61 anos. Nascida e criada em Bento Rodrigues. Nascida mesmo né, porque na minha época nascia em casa, ou seja, nasci e criei ali. Vivia a **minha vida toda**. Não saía nem para estudar e nem pra nada e vivia minha vidinha tranquila lá.* (Entrevistado nº 3 - 14/06/18 – grifo nosso)

*Era uma cena de filme de guerra, mas era um filme real. Não era um filme, era filme montado era um filme real e na hora da gente sair era aquela tristeza de a gente **nunca mais voltar naquele lugar**, nunca mais eu vou ter a **minha casa** e as pessoas não iam ter mais acesso ali, não teriam mais acesso para morar, para plantar, para curtir as festas, para curtir a vida, curtir sua liberdade, sua música, sua rua, seu rio, tudo! Não tinha mais a escola, a igreja que cada um gostava de ir.* (Entrevistado nº 2 - 04/06/18 – grifo nosso)

*Ai eles falaram que eu tinha um dia certo pra ir lá, sábado, domingo e quarta-feira, aí resolvemos ir lá na sexta, ai minha irmã falou eu ter o dia para entra na minha casa. Não! Na **minha** casa eu entro o dia que eu quiser.* (Entrevistado nº 3 - 14/06/18 – grifo nosso)

Este vínculo que existe com o espaço, da mesma maneira está presente no seio da comunidade, onde todos se conhecem, se ajudam, participam das celebrações, quando há um nascimento todos se alegram, quando há perda— como no caso dos óbitos em decorrência deste desastre —é dor para toda a comunidade, porque estiveram presentes, dia-a-dia na vida

destas pessoas. Por isto este sofrimento, que não ameniza com o tempo, é sentido, vivido e aprofundado quando são obrigados a estarem distantes uns dos outros. Não se tem mais aquele contato direto, de porta-a-porta, de janela-a-janela.

Sabemos também que uma pessoa que se foi é dor para nós, toda a comunidade, todo mundo conhecia todo mundo, pra nós é perda, é muito ruim, mesmo para quem a gente não conhecia é muito ruim lembrar disto mas é o que nós vivemos, é o que a gente viveu está vivendo algumas situações até hoje. (Entrevistado nº 2 - 04/06/18)

Minha vida lá em Bento foi sempre assim, eu não tenho arrependimento de tudo que gastei na igreja, eu não tenho arrependimento, só tenho alegria. (Entrevistado nº1-15/05/18).

*E cada um foi pra suas casas, foram pro seus lugares e a gente fica se perguntando cadê os vizinhos, **cadê as pessoas que a gente conversava de janela com janela, de porta a porta, saía na rua e conversava um com o outro e aqui tá todo mundo distante. Todo mundo cada um em um bairro, cada família cada um pro bairro. Agora que a gente vai se aproximando e ajeitando cada vez mais perto um do outro. (Entrevistado nº 2 - 04/06/18 – grifo nosso)***

Observa-se que os termos “**nossa terra**”, “**era da gente**”, “**nosso lugar**” evidencia o direito à propriedade, de posse, que foi duramente conquistada e a relação com o “lugar”. Local escolhido para viver, constituírem família, sonhar. Termos que produzem o sentido de pertencimento, remetem à ideia de que é necessário “ter” e “sentir” que fazem parte deste lugar, e por mais que outros espaços lhes sejam apresentados não terão as mesmas representações simbólicas, ou seja, não é o subdistrito de Bento Rodrigues mas um outro espaço que se torne território como “nômades” na cidade de Mariana onde não se reconhecem como o seu lugar

*[...] a gente sente saudade da **nossa terra**, lugar que a gente vivia, de plantar, de colher ali uma cebola, uma couve, tudo ali na terra, de pegar na terra, pisar na terra, essa é uma coisa que aqui você não faz, (Entrevistado nº 2- 04/06/18 – grifo nosso).*

*E a gente ia indo sem autorização, clandestino de uma coisa que **era da gente**. (Entrevistado nº 3 - 14/06/18– grifo nosso).*

*[...] era como se fosse o mar e a gente não conseguia mais identificar onde era a **nossa casa** que a gente tinha acabado de sair. (Entrevistado nº 2 - 04/06/18 – grifo nosso).*

*[...] hoje estamos vivendo a espera, a ansiedade do reassentamento do **nosso lugar** que a gente vai morar e a gente espera que a população volte toda, a gente sabe que infelizmente não vai ser todos, que muitos já faleceram e as pessoas às vezes não querem voltar, mas a gente pretende ter o nosso lugar e falar é a **minha casa, a minha rua é a nossa comunidade** (Entrevistado nº 2 – 04/06/18 – grifo nosso)*

O sentimento de pertencimento ao local ele é fortemente demonstrado pelas pessoas atingidas. Sentimento este que foi aflorado após o rompimento da barragem. Não tinha

conhecimento de que suas raízes, no seu lugar, denotam o vínculo e a sua relação, as conquistas e a luta pela permanência no lugar. A falta deste lugar, o vazio só é preenchido quando se “**está lá**”. Alguns conseguem retornar, outros não. A falta das celebrações religiosas, do assentar no ponto do ônibus, debaixo de uma árvore e conversar, do assistir ao jogo no bar da Sandra, do jogo do truco. É um vazio que é sentido somente por quem viveu estas experiências tão singulares. Hoje novos locais foram criados para esta sociabilidade, debaixo das palmeiras do em frente ao Centro de Convenções, mas não é a mesma coisa, falta o cantar dos pássaros, a tranquilidade do lugar, a liberdade. Enfim é a falta de tudo e de todos.

*Tempo que a gente **gostavamuito** e depois foi até que cada um casou e eu até que namorei, fui organizar o meu casamento, fiz a minha casa, e meus irmãos também em Bento e depois que eu casei tive e sempre gostei a **minha vida** organizada. (Entrevistado nº 2- 04/06/18 – grifo nosso)*

*A gente tem um ritual que sempre que dá meia noite, quando a gente **está lá** a gente desce, todo mundo, pode estar tonto, caindo aos pedaços e vai lá na praça e reza a São Bento, aí quem tem que chorar, chora, a gente desabafa, ou seja lá a gente recarrega as energias pra aguentar esta luta nossa que não tá fácil. (Entrevistado nº 3 - 14/06/18– grifo nosso)*

E a gente vai pra lá quando tem feriado prolongado, carnaval. A gente fica a semana inteira, a gente faz celebração que a gente fazia. (Entrevistado nº 3 - 14/06/18)

*[...] nesta separação do hotel para as casas foi difícil e ao chegar na casa também foi difícil porque você chegar **numa casa que não é a sua**, que você foi **arrancado** da casa que era da gente e a gente foi para outra. (Entrevistado nº 2 - 04/06/18 – grifo nosso)*

*[...] o tempo foi passando e a gente já vai adaptando mas mesmo assim **não são as minhas coisas** e tem momento que a gente **vive a casa da gente lá no Bento.**(Entrevistado nº 2- 04/06/18 – grifo nosso)*

A desterritorialização vivida pelas pessoas atingidas acentua o impacto na transferência da moradia para outro local, não escolhido por eles. A não adaptação, mudança da “vida social”.

*E na hora da gente curtir a vida veio também a questão do rompimento da barragem que **estragou** a nossa vida! A vida aqui, graças a Deus, nós estamos aqui nós três estamos com vida!(Entrevistado nº 2 -04/06/18 – grifo nosso)*

*A gente não tem vida social aqui. A gente **não adaptou** aqui, a gente vai pra lá todo final de semana, é um grupo de 30 mais ou menos não mais. (Entrevistado nº 3 - 14/06/18– grifo nosso)*

*Tem momento que você abre o guarda-roupa e parece que abriu **o que era antes**, ter coisas que você vive ainda e em segundos você **vive o que vivia lá.**(Entrevistado nº 2 -04/06/18 – grifo nosso)*

Diante de tudo que foi exposto acima, percebe-se que este “desastre” fez com que as pessoas experimentassem algo novo, a defesa deste lugar. São contra as medidas em que fazem com que o “seu lugar” seja esquecido, assim surge, na comunidade o sentimento e atitude em defesa deste lugar e a luta pelos seus direitos.

A empresa controla o acesso ao território alegando zelar pela segurança das pessoas. Porque não zelou pela segurança antes do rompimento? Em Bento Rodrigues não é mais permitido habitar, se constrói a ideia deque foi transformado em “área de risco”. Antes desta condição era lugar possível para ser habitado, porém constrói-se o mito de que a população corre riscos se as atividades da empresa voltarem. Quem deve sair?

O grupo “Loucos pelo Bento Rodrigues” (movimento de resistência), foi criado por alguns moradores do subdistrito de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão, como forma de resistência reivindicando o direito ao território. Atualmente alguns integrantes permanecem na defesa de resgatar o que é seu por direito. É um grupo apoiado por uma parte dos atingidos, como vemos neste depoimento do morador:

“Considero como movimento de resistência sim, a gente está brigando por aquilo lá, se a gente não tivesse brigando lá eles já teriam tomado aquilo lá e se depender do nosso grupo eles não vai tomar não”. (Entrevistado nº 3 - 14/06/18)

Reforça este depoimento matéria publicada em Jornal A Sirene em junho de 2017:

Sempre que possível, vamos lá (Bento) tentando resgatar não as coisas materiais, mas as nossas vidas. Combinamos as nossas ações e sempre nos reunimos nos finais de semana. Das casas que a lama desarrumou, já arrumamos duas. Colocamos portas e janelas naquilo que se tornou o nosso refúgio. A festa de São Bento, de Nossa Senhora das Mercês, o Réveillon, o Carnaval, a Semana Santa, a nossa festa junina, são atos que conseguimos realizar e que nos fizeram nos sentir em casa. Lá, extravasamos o sentimento que fica guardado dentro de nós. Temos, desde o início, o intuito de lutar pela manutenção de nossas tradições e pela recuperação de nossas memórias, que, mesmo soterradas pela lama, são nossas. E também queremos mostrar para o mundo o quanto amamos aquele lugar, onde nascemos e passamos a maior parte das nossas vidas, e que não estamos dispostos a abrir mão dele. Estamos apenas resistindo porque essa luta nos fortalece. Juntos, o nosso grupo “Loucos pelo Bento” pretende vencer com a ajuda de Deus, pois a nossa fé é o que nos dá força. (Maria Quintão, moradora de Bento Rodrigues e ativista no grupo Loucos pelo Bento). (JORNAL A SIRENE, julho de 2017 p. 5)

Entre as obras emergenciais para a contenção dos rejeitos de minério, o dique S4¹³ que inundou parte do distrito, e uma das decisões que foi estabelecida sem autorização dos atingidos.

¹³A Samarco começou no dia 22 de setembro a construção do dique S4, que integra o sistema emergencial de retenção de sedimentos no Complexo Minerário de Germano, em Mariana (MG). A estrutura é considerada uma obra emergencial em função do período chuvoso e teve sua construção autorizada pelo Decreto nº 500 do Governo de Minas Gerais. O S4 integra o sistema de retenção de sedimentos, composto pelos diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. O dique S4 está sendo construído no distrito de Bento

“Para mim, não podemos admitir que a cena do crime seja encoberta com a água e rejeito. As únicas prova e garantia que temos são as ruínas e as casas que sobraram. A construção do dique S4 é inadmissível neste momento. Não conseguimos assimilar a perda que tivemos e tão cedo eles já querem tomar o que é nosso, aquilo que levamos gerações para construir. Querem nos furtar. Estão usando a forma mais covarde para fazer isso: quando dizem que a única solução é a construção do dique S4, querem nos pôr contra a parede, quando na verdade acho que querem é tirar o que é nosso” (Antônio Geraldo dos Santos). (JORNAL A SIRENE, 2016, p.4)

Assim, “Loucos pelo Bento Rodrigues”, ocuparam o território que é deles por direito, uma das casas que não foi atingida pela lama é o local de resistência e refúgio. Com esta atitude procuram impedir que seja construído uma represa que inundaria totalmente o subdistrito. Como forma de preservação de sua identidade coletiva lutam para que sua história não seja esquecida ao reunirem todos os finais de semana e feriados para lembrar e manter vivo os costumes e festas religiosas que tanto marcaram a vida dos moradores.

Aguardam o ano de 2019 como a data pré-estabelecida para que a empresa entregue à população de Bento Rodrigues, um outro lugar construído no terreno da Lavoura, já negociado com alguns (mas) moradores (as). Promessas!

Rodrigues e o local foi definido pela Samarco após uma ampla e profunda discussão e análises técnicas. Para que a empresa pudesse realizar as obras, o Governo determinou a requisição administrativa dos terrenos, que afeta a posse, mas não a propriedade. Caberá à Samarco repassar ao Estado as verbas para a indenização pelo uso da área, de acordo com os procedimentos a serem definidos pelo Governo. Após a construção do dique S4, haverá o alagamento de parte da área já impactada em Bento Rodrigues. O muro de pedras existente no distrito também será preservado por uma cobertura que será feita pela empresa. A ruína da Capela São Bento e o Cemitério não serão alagados, como também a parte do distrito que não foi impactada pelos rejeitos”. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/19-10-2016-Dique-S4-completa-o-sistema-principal-de-contenção-de-rejeitos.pdf>>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Mariana/MG, conhecida historicamente como a cidade do ouro, do minério de ferro e pela igreja histórica, a Catedral da Sé a partir do dia do rompimento da barragem de Fundão foi vista mundialmente como o local onde ocorreu o maior desastre socioambiental no país. Esse episódio gerou grandes impactos ambientais, humanos, sociais, afetivos, culturais e econômico.

O cenário de devastação deixado pelo episódio retrata a realidade das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de fundão que foram obrigados a abandonaram o seu território, e nestes quase três anos, lutam pelo “seu lugar de pertencimento”. Foram desterritorializadas, levadas para um novo local, para a escola, para a Unidade de Saúde, para casas alugadas no município de Mariana e mesmo assim não é e nem nunca será a mesma escola, a mesma unidade de saúde que havia em Bento Rodrigues.

A partir do desastre houve uma sucessão de violação de direitos, o que fez com que estas pessoas fossem colocadas e marginalizadas na condição de “vulnerabilidade social”, situação de “risco pessoal e social” pois vivenciaram e vivenciam circunstâncias que interromperam o seu cotidiano e levaram a uma condição prejudicial à sua vida.

A extração de minério do modo como tem sido feita mostra que novas medidas e mudanças devem ser adotadas pela legislação, por empresas de mineração e pelos órgãos responsáveis pela fiscalização para que não coloquem em risco a vida de pessoas e/ou comunidades.

E também que o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não sejam elaborados pelas empresas mineradoras que não apresentam a veracidade do que realmente podem acontecer, pois omitem e

Portanto, o que podemos avaliar a partir desta pesquisa é que o desastre não se restringe ao crime do dia 05 de novembro, mas seu efeito vem se desdobrando nestes anos. Cada fala expressa a violência, a dor, o sofrimento social, o desejo de “nosso lugar”, “nossa terra” é o sentido de pertencimento de que Bento Rodrigues continua na memória da comunidade.

Quem conheceu Bento Rodrigues jamais deixará de lembrar da paisagem tranquila, do silêncio, da cumplicidade pois está registrado na memória de cada família atingida, pois cada parte tem uma história a ser contada. Esta lembrança jamais poderá ser apagada. São necessárias Política Pública, para os atingidos pelo rompimento de barragens que proteja os

seus direitos. Assim o que restou do subdistrito, como a Igreja das Mercês, o muro de pedra que remontam do séc. XVIII, não podem ser soterradas pelo silêncio e pelo esquecimento.

Assim, como forma de não deixar que este crime fique no esquecimento, em anexo, a carta de manifestação elaborada pelas pessoas atingidas proferida na audiência pública sobre o Licenciamento Operacional Corretivo do Complexo da Germano.

Acredito que neste estudo conseguimos retratar o que estava proposto para dar visibilidade dos (as) atingidos (as), ao seu modo simples de viver, e o quanto Bento Rodrigues representa para eles (as).

Agora um caminho os (as) “atingidos” (as) precisam trilhar? Com tantas perdas materiais e imateriais, do lugar simbólico para esta comunidade qual a dimensão destas perdas? Será que a reparação reconstrói estes laços de identidade perdidos?

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. **O território no contexto de crise do capitalismo maduro: elementos para uma leitura crítica.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015. Tese de doutorado em curso no PPGSS, no programa Pós-graduação em Serviço Social, (capítulo I) p. 37.

ABREU, Ivy de Souza. **Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos.** Opinión Jurídica. Medelin, Colómbia. Vol. 12, n 24, PP. 97-100. Jul-Dez de 2013. Artigo científico apresentado ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais – Mestrado – da Faculdade de Direito de Vitória – FDV (CAPES 4) como parte integrante da atividade da Disciplina “Teoria dos Direitos Fundamentais”. Ministrada pelo prof. Dr. Nelson Camatta Moreira.

ALMEIDA, Ney Luiz T. **Questão social e Serviço Social no Brasil.** In: SILVA (Org.) Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BENINCÁ, Dirceu. Água e energia para a vida. **Revista Missões.** 2007. Disponível em: <<http://www.revistamissoes.org.br/2010/03/agua-e-energia-para-a-vida-o-movimento-dos-atingidos-por-barragens-no-brasil-1991-2009/>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

_____. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens.** São Paulo: Cortez, 2011. 310p.

BERMANN, Célio. **Os Limites dos Aproveitamentos Energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio ambiental no Brasil.** Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000042670&fd=y>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BHERING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, **Portaria nº 2436** de 21 de setembro de 2017, aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017.html>> Acesso em 10 Mai. 2018.

BRASIL, **LEI Nº 8.080** de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil**. (texto versão revista e ampliada dos artigos: As políticas de Seguridade Social Saúde, in: CFESS/CEAD, Brasília, 2000 e A política de saúde no Brasil: trajetória histórica. In. Capacitação para conselheiros de saúde – textos de apoio. Rio de Janeiro. UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**. Resoluções n 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília; 2006. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/relatorios/relatorio-c.e-atingidos-por-barragens>> Acesso em: 24 jan. 2018.

FEITOSA, S. A & ALVES, G.P.A. P. **Os enquadramentos de uma cobertura: tragédia em Mariana**. Vozes e Dialogo. Itajaí. Vol. 16, n.01, jan/jun. 2017

FERNANDES, Diana. **A lama da Samarco e a saúde dos atingidos**. PUC. São Paulo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, 151p.

FERREIRA, Pamella Thaís Magalhães. **Crime Corporativo e a sociedade Unidimensional**: conversações iniciais a partir da “lama da Samarco”. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre: Out. 2016.

FREITAS, Carlos Machado; et. al. **Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência** – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: vol.17, n.6, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63023390022.pdf>> Acesso em Abr. 2018.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar**. Nov. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf> Acesso em 12 Abr. 2018.

Instrução Normativa nº 01. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/indezhttp://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ef4651d8-e5dd-4113-b133-ec13508e19bd&groupId=10157> Acesso em 10 Abr. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: BEPSS. Temporalis. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano II, nº 3, (jan/jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.42, p.1-12, 2017.

LARA G. M. P. **A tragédia de Mariana (MG): Aforizações, Mídias e Argumentação**. Disponível em: <<http://online.unisc.br/ser/index.php/signo>>. Acesso em Dez. 2017.

MALAGON, Rafael Antônio; CZERESNIA, Dina. **O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2015nahead/1807-5762-icse-1807-576220140436.pdf>. > Acesso em: 19 nov. 2017

MARANHÃO, Carolina M. S. A.; FERREIRA, Pamella T. M. **A catástrofe como perpetuadora da sociedade unidimensional**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre: Out. 2016.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A, Vale S. A e BHP Billinton. Brasil Ltda**. Abril, 2016.

MILANEZ, B.; SOUZA, T. R.; WANDERLEY, L. **O que não se aprendeu com a tragédia no Rio Doce**. Rio de Janeiro, 2016.

MILANEZ, Bruno; LOSEKMANN, Cristina. (Org.). **Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Folio digita: Letra e Imagem; Rio de Janeiro. 2016.

MENEGHIN, Guilherme de Sá. Promotor de Justiça – Comarca de Mariana. **Relatório Institucional: O Ministério Público de Minas Gerais na defesa dos direitos humanos face ao maior desastre ambiental do Brasil**. 2017. p.56. Disponível em: <file:///C:/Users/Elenice/Downloads/Relat_rio%20de%20atividades%20-%20MPMG%20-%20Caso%20Samarco-1.pdf> Acesso em 10, jun. 2018.

MOEBUS, R.N.; MERHY, E.E; SILVA, E. **O usuário-cidadão como guia**. Como pode a onda elevar-se acima da montanha. In. MERHY, E. E. et al. (Org.) Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: Surpreendendo o instituto nas redes. Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Maila de Castro Loureço, et. al. **PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana**. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

OLIVEIRA, José Eduardo de. **Bento Rodrigues: trajetória e tragédia de um distrito do ouro**. Disponível em: <www.academia.edu/.../Bento_Rodrigues_trajetória_e_tragédia_de_um_distrito_do_ou..._ro> Acesso em: 22 Abr. 2018.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular como Resistência e Emancipação Humana**. Cad. Cedes, Campinas, v.35, n. 96, p. 219-2338, maio-ago.,2015.

PEREIRA, D.C.; BECKER, L. C.; WILDHAGEN, R. O. **Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em conceição do Mato Dentro**. Revista Ética e Filosofia Política, n 16, Vol. 1, junho de 2013.

Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental/ Organizadores: Maria Paula Cerqueira Gomes, Émerson Elias Merhy. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **A Constituição Brasileira de 1988 e a proteção internacional dos direitos humanos**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1996.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo. 2015.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. **O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania**. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 06, n. 11, p. 113-140, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Ed. Cortez. São Paulo, 2012.

SOUZA, José Fernando Vidal. **Responsabilidade ambiental e a ocupação desordenada do solo: um olhar sobre os reservatórios da Região Bragantina**. Sequência: estudos jurídicos e políticos. Florianópolis: Fundação Boiteux, ano 27, nº 54, jul, 2007, p. 47-72.

STARFIELD, Bárbara. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos**. Ouro Preto, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.sisbin.ufop.br/>>. Acesso em: 04/01/18.

VORMITTANG, Evangelina M. P. A. Araújo *et al.* **Avaliação dos riscos em saúde da população afetada pelo desastre de Mariana**. Instituto Saúde e Sustentabilidade. Março, 2017.

WANDERLEY, L. J. M.; GONÇALVES, R. J.A.; MILANEZ, B. **Pedras de sangue e choro maculam a vertente: algumas percepções de campo no contexto do desastre da mineração sobre o rio Doce**. Elisée. Rev. Geo. UEG – Anápolis. V.5, n.1. p.30-56. Jan.2016.

ZEN, Eduardo Luiz. **Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens**. / Coordenação: Eduardo Luiz Zen. – Brasília: IPEA, 2014. 49 p.

ZHOURI, Andrea. **Mineração**: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto a padrão de conhecimento no Brasil. 1ª ed. Marabá, P. A. Editora iGuana; ABA, 2018.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Esta pesquisa **“Mariana, Pós-rompimento da Barragem da Empresa Samarco: análise das transformações na Comunidade e no atendimento da Saúde Pública para os atingidos do subdistrito de Bento Rodrigues”** desenvolvida pela aluna, Elenice da Glória Moreira Cruz, do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Ouro Preto, localizado no Município de Mariana/MG sendo parte da atividade obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tem como orientadora a Prof^a Regina Célia da Cruz.

O objetivo da pesquisa é conhecer as perdas vivenciadas, seus efeitos nas relações sociais devido ao desastre tecnológico do rompimento da barragem de Fundão, ocorrida no ano de 2015, em Mariana/MG, na voz dos atingidos.

Fazemos um convite à sua participação nesta pesquisa e caso você decidir integrar este estudo, participará de uma entrevista individual. A entrevista será utilizada para a análise dos dados referentes ao objeto de estudo, não sendo utilizados nome ou qualquer dado de identificação dos entrevistados. Após a finalização da pesquisa será realizada uma análise da situação apresentada e anexa como parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Sua participação nesta pesquisa possibilitará o entendimento de como as pessoas atingidas por este empreendimento vivenciaram as transformações no seu cotidiano e no atendimento da Unidade Básica de Saúde, provocando assim, reflexões críticas sobre o mesmo.

Saliento que todas as informações coletadas nesta entrevista serão tratadas de forma ética, preservando a sua identidade. Esclareço ainda que poderá a qualquer momento da pesquisa interromper a participação no momento que achar necessário.

Assim, convido você a participar voluntariamente da investigação, sem qualquer custo e após obter os dados e esclarecimentos e fazer a leitura deste TCLE, peço que assine este termo, ciente de que autoriza a gravação das respostas bem como a

transcrição literal das falas. Você autoriza também a utilização das informações para possível publicação do trabalho, em revista especializada.

Serão assinadas duas cópias, e uma delas ficará como cópia deste TCLE e a outra você terá para responder a qualquer dúvida com a pesquisadora, pelo email elenicegloria@hotmail.com. Rua do Catete, 166, Centro, Mariana, (031) 3557-3835

concordo em participar deste estudo.

Eu **NÃO** concordo em participar deste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/____.

Discuti a proposta da pesquisa com este (a) participante e, em minha opinião, ele (a) compreendeu suas alternativas (incluindo não participar da pesquisa, se assim o desejar) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Pesquisador: _____

Assinatura: _____

Data: ___/___/____.

Fonte: Da autora

ANEXO A – O licenciamento para o complexo Germano e a carta de manifestação dos atingidos

Foi realizada na quinta (07), na Arena Mariana, audiência pública sobre o Licenciamento Operacional Corretivo do Complexo de Germano. Após a análise dos documentos apresentados pela mineradora, atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão enviaram carta de manifestação ao encontro. Leia abaixo o texto na íntegra.

Senhoras e senhores, boa noite.

A partir desta carta, gostaríamos de levantar alguns pontos cuja reflexão nos parece importante para o debate sobre o Licenciamento Ambiental Corretivo do Complexo de Germano.

Primeiramente, aproveitamos a oportunidade para, mais uma vez, esclarecer nosso posicionamento em relação à retomada das atividades da Samarco em Mariana: não somos, como muitos dizem, necessariamente contrários às operações da mineradora. Somos, sim, contrários ao retorno irresponsável desse funcionamento. Estamos, há dois anos, pagando o alto preço da negligência empresarial no caso do rompimento de Fundão e não poderíamos nos eximir de uma discussão tão importante para o futuro da nossa cidade e para o futuro da Bacia do Rio Doce. Temos consciência de que exercemos aqui o papel de lembrar o que muitos insistem em esquecer, mas, a nós, não é dada a opção de ignorar o sofrimento que nos acomete desde novembro de 2015. Trazemos nossas palavras a este espaço com o desejo profundo de que ninguém precise estar em lugar semelhante ao que ocupamos hoje.

Como a maior parte dos aqui presentes, somos trabalhadores. Temos famílias, filhos, sonhos. Queremos ver nosso município economicamente robusto, sendo capaz de oferecer qualidade de vida aos seus cidadãos, serviços públicos dignos e uma infra-estrutura compatível com a riqueza que produzimos. Não somos indiferentes ao cenário de crise que atravessa Mariana e todo o país. Ao contrário, nos afligem os índices de desemprego que assombram a realidade de tantos trabalhadores – entre os quais, muitos de nós estamos incluídos.

No nosso caso, desde o rompimento da barragem, enfrentamos a perda de renda e o deslocamento de nossos fazeres. Do dia para noite, nos foi tirada a relação com a terra, a possibilidade de trabalhar com o que sabemos e de ocupar o tempo com aquilo que oferece sentido à nossa vida. Sabemos o que significa querer trabalhar e não poder. Sabemos da dor de olhar para nossas famílias e estarmos inseguros em relação ao futuro que, a elas, podemos garantir.

E sabemos também que a empresa não só pouco se importa com o nosso sofrimento, como dele se vale em benefício próprio. Por isso, o primeiro questionamento que trazemos a público é sobre a atuação da Samarco nesse cenário de desemprego. Preocupa-nos o fato de um dos documentos que estamos aqui para discutir – o Relatório de Impacto Ambiental, RIMA – apontar que não há garantia de contratação de mão de obra de Mariana com o retorno das operações. Na página 49 do documento, afirma-se que, em outubro de 2016, o contingente de funcionários empregados pela própria Samarco para implementação das obras emergenciais era de mais de 3 mil pessoas, o que nos deixa a pergunta: quantos marianenses estão nesse montante? Sabemos que a demissão de grande parte dos funcionários da mineradora veio

acompanhada de uma massiva contratação de trabalhadores que atuam na Fundação Renova – braço direto da Samarco –, sendo que a mão de obra local foi pouco absorvida nesse espaço (conforme apontamos em Audiência Pública e conforme denúncia feita por vereadores em sessão recente da Câmara). Mariana não possui mão de obra capaz de atuar nessa Fundação? Por que não estamos trabalhando juntos para a solução de dois sérios problemas enfrentados, hoje, pelo município? Se a Renova valorizasse o trabalhador marianense, poderíamos ter respostas tanto para um problema geral da cidade, quanto para um problema específico nosso – que não só estamos sem casa, mas, pior, estamos sem perspectivas concretas de obtê-las.

Infelizmente, esse não o caminho escolhido pelas empresas. A opção destas não é diminuir o sofrimento de ninguém, mas a de dele se valer a serviço de seus interesses próprios. Não nos parece coincidência que a ameaça de demissão massiva de 600 funcionários da Samarco se dê, justamente, há poucas semanas da realização desta audiência. O vemos são as angústias de todos nós serem usadas como instrumento para pressionar a opinião pública a favor da volta, a qualquer custo, das operações da empresa, enquanto, ela própria está muito distante de um cenário de crise.

Precisamos lembrar que a Samarco continua tendo entrada de recursos através do acesso aos seguros da barragem e dos lucros cessantes da venda de minério. Além disso, a empresa possui um contrato de compra de energia da CEMIG vigente até 2022. Em 2014, quando ainda estava em operação, a mineradora lucrou R\$400 milhões vendendo o excedente de energia que não era consumido em seu processo produtivo. Hoje, essa sobra é muito maior. Por isso, perguntamos: quanto ela lucra com essa revenda? Será que com a entrada desses recursos não seria possível manter um maior número de empregados?

Esse contexto se torna ainda mais revoltante, quando lemos, em dois momentos do Rima (páginas 15 e 135), que a retomada das atividades da mineradora é importante para que ela possa arcar com a reparação dos atingidos pelo rompimento de Fundão. Isso não é verdade. As responsáveis pelo rompimento da barragem são a Samarco, a Vale e a BHP Billiton, empresas que seguem tendo lucros bilionários. Mais uma vez, ficam os questionamentos: como pode a Samarco ter optado em investir recursos na construção de duas novas barragens – Nova Santarém e Eixo 1 – e 4 novos diques, e não ter sido capaz de construir nenhuma casa para os atingidos, nem em Mariana e nem em Barra Longa?

Quem lê o Rima, pode nem se dar conta que estamos discutindo o licenciamento de um complexo que teve uma barragem rompida há pouco. Estamos falando de um documento que apenas cita o rompimento de Fundão, sem considerar sua dimensão complexa, a extensão de seus danos e sua eventual repetição. Um exemplo absurdo da ausência de uma preocupação efetiva com as populações que vivem a jusante das barragens: o Rima não faz referência ao dam break (estudo de rompimento de barragem) relativo ao Complexo de Germano – que, inclusive, está desatualizado, uma vez que não considera as barragens recém-construídas. Não bastasse essas lacunas, o dique S4, que alagou parte de Bento Rodrigues, não é citado em momento algum do estudo de impacto ambiental. Apenas os demais diques (1, 2 e 3) são lembrados, mas de forma superficial. As comunidades atingidas gostariam de saber o porquê da desconsideração dessa estrutura de responsabilidade da Samarco, que foi imposta aos moradores de Bento Rodrigues a partir de um controverso processo de implementação.

Precisamos também lembrar que, mesmo não havendo rompimento das barragens do complexo, há possibilidade de vazamento de rejeito pelo vertedouro, com possível contaminação do Rio Piracicaba – atingindo todas as comunidades que dependem dessas águas. Inclusive, a partir do terceiro ano de atividade, com 100% da capacidade em curso, a Samarco pretende consumir 5 milhões e 800 mil litros de água por hora de atividade. Com certeza, ninguém aqui calcula o tanto de água que é isso, mas todos podemos fazer uma conta que não fecha ao nos depararmos com os problemas de abastecimento enfrentados por Mariana. Toda essa água, que poderia ser usada na recuperação do Rio Doce ou revertida à população local, será usada para limpar e transportar minério, sem qualquer indicação no estudo sobre os riscos de escassez nos municípios ou sobre o assoreamento dos rios.

Outro ponto do Rima que revela a ausência de aprendizados em relação à experiência de Fundão é em relação à tecnologia empregada no Complexo de Germano. De acordo com o estudo, o método utilizado para exploração do minério ainda será a de barragens de rejeito, e não o armazenamento a seco, mantendo, assim, riscos para as populações e para o meio ambiente. O próprio relatório diz, na página 26, que, com a entrada em operação do concentrador 1, no terceiro ano da retomada, será necessário haver um estudo sobre as possibilidades de se armazenar o rejeito corretamente nos próximos anos. No caso do estudo da Cava de Alegria Sul, que segue em paralelo ao licenciamento de todo o complexo de Germano, está escrito que a cava comportaria rejeitos por apenas 2 anos. No relatório agora apresentado, consta que a cava suportaria rejeitos por 5 anos. Será possível confiar nessa informação?

Por fim, questionamos o uso limitado do instrumento de escuta da sociedade via audiência pública. Esses encontros serão realizados apenas em Mariana, Matipó e Ouro Preto, mesmo o Rima reconhecendo que o Complexo de Germano se estende por diversos outros municípios ao longo da Bacia do Rio Doce – uma clara tentativa de aprovar a licença de operação sem garantir participação efetiva de todos atuais e os potenciais atingidos. O novo local de disposição de rejeitos, a Cava de Alegria Sul, por exemplo, pode contaminar a sub bacia do Rio Piracicaba, assim como a sub bacia do Rio do Carmo pode ser atingida por vazamentos e outros problemas no complexo de Germano. Essas sub bacias integram a bacia do Rio Doce, onde os possíveis impactos também poderão ser sentidos. Será que os municípios banhados pelos referidos rios – como Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Alvinópolis, Rio Piracicaba, João Monlevade, Nova Era, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Barra Longa, Governador Valadares e Colatina – não deveriam também serem ouvidos em audiências públicas?

Encerramos nossa participação neste espaço com desejos de que nossas colocações possam colaborar com a construção de um processo de cidadania. Não temos, nem gostaríamos de ter, qualquer poder de decisão em relação a esse retorno, mas podemos, e aqui estamos compartilhando com todos o desejo de que tal processo seja feito de forma responsável. Infelizmente, não é o que o Relatório de Impacto Ambiental revela. A solução do retorno imediato – que, na difícil realidade de hoje, parece uma redenção – no futuro, pode ser razão para conflitos ainda maiores.

Não podemos, como o Rima pretende, passar por cima dessa história que nos dói protagonizar. Para um futuro justo, digno, com perspectivas reais de crescimento para a cidade, para nós e para as gerações que nos sucederão, é importante que Mariana se reconheça no seu lugar de município atingido pela mineração e que busque soluções que nos

farão reescrever a tragédia a partir da superação efetiva dos problemas anunciados. Uma superação assentada na cooperação e no amadurecimento político de seus cidadãos e no engajamento do poder público na busca de soluções de médio e longo prazo para as dificuldades presentes na realidade do município.

Não vamos tomar essa cidade por vencida. Nós não nos tomamos por vencidos.

Obrigado!

Mariana, 7 de dezembro de 2017

Fonte: Jornal A Sirene, 2017.

ANEXO B - Declaração

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Faculdade de Serviço Social



Certifico que a(o) estudante **Elenice da Glória Moreira Cruz**, autora(o) do trabalho de conclusão de curso intitulado **"O atendimento de Saúde Pública para os atingidos do subdistrito de Bento Rodrigues após o rompimento da Barragem de Fundão: transformações na comunidade por sua voz"**, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Regina Célia da Cruz
Orientador

Mariana, 18 de julho de 2018.